

## **Educação para a Paz: representações sociais de jovens do Ensino Médio público sobre a tolerância/intolerância**

**Education for Peace: social representations of young people in public High School about tolerance/intolerance**

**Educación para la Paz: representaciones sociales de jóvenes en Escuela Secundaria pública sobre tolerancia/intolerancia**

Recebido: 10/09/2022 | Revisado: 25/10/2022 | Aceitado: 27/10/2022 | Publicado: 01/11/2022

**André Felipe Costa Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6139-5603>

Universidade Estácio de Sá, Brasil

E-mail: [andrefelipecostasantos@gmail.com](mailto:andrefelipecostasantos@gmail.com)

**Clarilza Prado Sousa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6417-7030>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

E-mail: [clarilza.prado@gmail.com](mailto:clarilza.prado@gmail.com)

**Serena Eréndira Serrano Oswald**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8681-5002>

Universidad Nacional Autónoma de México, México

E-mail: [sesohi@hotmail.com](mailto:sesohi@hotmail.com)

### **Resumo**

Objetivou-se analisar as representações sociais (RS) de Jovens do Ensino Médio Público a respeito da Tolerância/Intolerância, a partir da articulação da Teoria das Representações Sociais com campo da Educação para a Paz. A pesquisa foi desenvolvida durante os anos de 2017 a 2021 em uma escola do Ensino Médio Público da cidade de São Paulo (SP) em duas etapas. Na primeira etapa, visando estabelecer um mapeamento exploratório relativo às *informações, atitudes e estrutura do campo representacional*, aplicamos um questionário orientado pela Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), com 112 Jovens. A fim de facilitar a análise dos dados, os mesmos foram processados no software IRaMuTeQ. Na segunda etapa, aprofundando a investigação por meio da análise da *dimensão atitudinal*, foram desenvolvidos e validados cenários projetivos sobre Tolerância/Intolerância que foram aplicados a 6 Jovens em um grupo focal. Para auxílio na análise dos dados foi empregada a análise de conteúdo. Concluímos que as RS da Tolerância/ Intolerância para o agrupamento, possivelmente, encontram-se *objetivadas*: no lastro histórico; na relação circunstancial entre EGO–ALTER–OBJETO e CONTEXTO; na personificação; nas ações sociais de “suportar”/“não suportar”, “aguentar”/“não aguentar”; em elementos transversais – liberdade de pensamento e expressão, direitos fundamentais; e minorias sociais. Por sua vez, as possíveis *ancoragens* seriam: na díade da presença/ausência do diálogo; na crença da díade esclarecimento/ignorância; em elementos morais; na legitimidade das instituições como agências de mediação dos conflitos; enraizada em elementos atinentes à esfera do sensível.

**Palavras-chave:** Educação para a paz; Representações sociais; Tolerância; Intolerância; Ensino médio.

### **Abstract**

The objective was to analyze the social representations (SR) of young people from Public High Schools regarding Tolerance/Intolerance, based on the articulation of the Theory of Social Representations in the field of Education for Peace. The research was developed during the years 2017 to 2021 in a public high school in the city of São Paulo (SP) in two stages. In the first stage, aiming to establish an exploratory mapping related to information, attitudes, and the structure of the representational field, we applied a questionnaire guided by the Free Word Association Technique, with 112 young people. In order to facilitate the data analysis, they were processed using the IRaMuTeQ software. In the second stage, deepening the investigation through the analysis of the attitudinal dimension, projective scenarios on Tolerance/Intolerance were developed and validated, which were later applied to 6 young people in a focus group. To assist in data analysis, content analysis was used. We conclude that the SR of Tolerance/Intolerance for the grouping, possibly, are objectified: in the historical heritage; in the circumstantial relationship between EGO–ALTER–OBJECT and CONTEXT; in personification; in the social actions of “to bear”/“not to bear”, “to take it”/“not to take it”; in transversal elements – freedom of thought and speech, fundamental rights; social minorities. Moreover, the possible anchors would be: in the dyad of presence/absence of dialogue; in the belief in the enlightenment/ignorance dyad; in

moral elements; in the legitimacy of institutions as conflict mediation agencies; rooted in elements pertaining to the sensitive sphere.

**Keywords:** Education for peace; Social representations; Tolerance; Intolerance; High school.

### Resumen

El objetivo fue analizar las representaciones sociales (RS) de jóvenes de la Enseñanza Secundaria Pública sobre la Tolerancia/Intolerancia, a partir de la articulación de la Teoría de las Representaciones Sociales con el campo de la Educación para la Paz. La investigación se desarrolló durante los años 2017 a 2021 en una escuela secundaria pública de la ciudad de São Paulo (SP) en dos etapas. En la primera etapa, con el objetivo de establecer un mapeo exploratorio relacionado con la información, las actitudes y la estructura del campo representacional, aplicamos un cuestionario guiado por la Técnica de Asociación Libre de Palabras (TALP), con 112 jóvenes. Para facilitar el análisis de los datos, se procesaron utilizando el software IRaMuTeQ. En la segunda etapa, profundizando la investigación a través del análisis de la dimensión actitudinal, se desarrollaron y validaron escenarios proyectivos sobre Tolerancia/Intolerancia, los cuales fueron aplicados a 6 jóvenes en un grupo focal. Para ayudar en el análisis de datos, se utilizó el análisis de contenido. Concluimos que las RS de Tolerancia/Intolerancia para la agrupación, posiblemente, se objetivan: en el lastre histórico; en la relación circunstancial entre EGO-ALTER-OBJETO y CONTEXTO; en personificación; en las acciones sociales de “soportar”/“no soportar”, “soportar”/“no tomar”; en elementos transversales – libertad de pensamiento y expresión, derechos fundamentales; minorías sociales. A su vez, los posibles anclajes serían: en la diada presencia/ausencia de diálogo; en la creencia en la diada ilustración/ignorancia; en elementos morales; en la legitimidad de las instituciones como agencias de mediación de conflictos; enraizado en elementos pertenecientes a la esfera sensible.

**Palabras clave:** Educación para la paz; Representaciones sociales; Tolerancia; Intolerancia; Escuela secundaria.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Ao analisarmos os acontecimentos que circunscreveram o século XX averigua-se que a alteridade, enquanto produto e processo psicossocial (Jodelet, 1998), foi sendo remodelada sob o esteio da barbárie (Adorno 1971/2022; Hobsbawm, 2007; Elias, 1994) advinda do que se denominou de Cultura Beligerante. Apresentando como característica fundamental a composição de um tecido social no qual os valores, as crenças, os vínculos e as relações situam-se em torno da *cólera*, da *competitividade* e da *egolatria*; nessa toada, a Cultura Beligerante contribuiu para a constituição de um processo civilizatório no qual o ‘social’ é dinamicamente elaborado e reelaborado pela corrosão silenciosa da égide do apartamento, da diferenciação, da exclusão e da intolerância (James, 1910; Gros, 2009; Sawaia, 2014; Wieviorka, 2015).

Com essa perspectiva, a delicada e historicamente desgastada relação *Ego- Alter*<sup>2</sup> ao passo que se embrutece (Sennet, 2015), nutre a cristalização de subjetividades transpassadas pela insensibilidade moral (Bauman, Donskis, 2014) no qual a somatória entre *Ego* e *Alter* não produz um “Nós” e, especialmente, naturaliza de forma negligente as dores do *Alter* por intermédio do desenvolvimento de uma linguagem contemporizadora ou que culpabiliza o Ser por contingências engendradas e resultantes da ordem de uma coletividade barbarizada. Desta forma, ao tempo em que o *Alter*, dialogicamente, constrói-se e é constituído nesse contexto belicista, é comum apresentar-se revestido simbolicamente no âmbito coletivo como *abjeto*, *concorrente* e especialmente *não Ser* – ‘It’/coisa – (Taylor, 1992; Habermas, 2002).

Tendo como base o receio da perduração e do fortalecimento desse mal-estar, no decurso do século XXI um conjunto de organismos supranacionais (ONU, 1999; UNESCO, 1995; Delors, 1999) e investigadores irenistas<sup>3</sup> (Piaget, 1934/ 1998; Freneit, 1968/1975; Galtung, 1985) apontaram a emergência de serem desenvolvidas e efetivadas ‘uma educação’ e ‘uma cultura’ que permitisse processualmente a constituição contínua da Paz e combatesse as violências por intermédio do

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta reflexões e resultados integrantes da tese “Educação para a Paz: representações sociais de jovens do Ensino Médio público sobre a Tolerância/Intolerância” (Santos, 2021) de André Felipe Costa Santos defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob orientação de Clarilza Prado Sousa e Serena Eréndira Serrano Oswald.

<sup>2</sup> Pautados nos estudos de Jovchelovitch (1998, p. 69), compreendemos o Alter (Outro), no presente artigo, como “[...] objetos humanos e não humanos, uma vez que eles se tornam reconhecidos como objetos do conhecimento. O outro está lá simplesmente, mas emerge enquanto tal quando é reconhecido. Nesse sentido, outro refere-se a tudo que se torna um objeto do conhecimento, incluído, é claro, o momento em que o eu torna-se um objeto para si mesmo”.

<sup>3</sup> Irenismo é uma corrente filosófica dedicada no estudo da Paz; seu vernáculo tem origem na homenagem da deusa da Paz (Irene-Εἰρήνη) da mitologia grega.

desenvolvimento de valores morais – destacadamente, o valor moral da Tolerância (UNESCO, 1995; Popper, 2012, Bobbio, 2002).

Na esteira desse raciocínio, o presente artigo teve como objetivo analisar as representações sociais de Jovens do Ensino Médio Público (EMP) a respeito da Tolerância/Intolerância, articulando o aporte da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012) (TRS) com o campo da Educação para a Paz (EPP)<sup>4</sup> (Jares, 2002; Cabezudo, 2019; Guimarães, 2007). Para além do reconhecimento *social* do recrudescimento de ideologias autoritárias, totalitárias e nacionalistas no mundo (Mounk, 2008), da ampliação da polarização, do agravamento das violências (Zizek, 2014; Galtung, 1985, Silva, et al 2020) e entre outras mazelas que nos compeliu-nos na realização de tal investigação, outra prerrogativa que se ergue para a realização dessa investigação reside na potencialidade da associação do aporte teórico-metodológico da TRS no desenvolvimento da EPP e vice e versa.

Conforme registrado em estudos anteriores (Santos, 2017; 2021; Santos; Sousa, 2017, 2018, 2019) tal associação desenha-se como essencial, majoritariamente, em virtude de dois pontos: *investigar os valores morais como objetos representacionais* (Patiño; Ávila, 2005; Doise, 2002) *segundo o prisma da dialogicidade* (Marková, 2006, 2017); *escassez de estudos coligando esses domínios* (Santos, 2017, 2021).

No que diz respeito ao primeiro ponto, tendo em vista as inúmeras ramificações dos estudos em representações sociais, bem como compreendendo a complementaridade teórico-metodológica entre essas ramificações (Sá, 2007), os estudos dialógicos de Marková (2006, 2017) firmam-se como um dos importantes ambientes teóricos reflexivos para o estudo dos valores morais como objetos representacionais (Patiño; Ávila, 2005; Doise, 2002) à medida em que faculta ao pesquisador interpretar de forma acurada a urdidura dos valores e conflitos que se integram à tríade *Ego–Objeto (físico, social, imaginário ou real) –Alter*. Dessa forma, é guardada a possibilidade de ser impressa uma interpretação que se distancia de meditar e estudar os valores morais e os conflitos principalmente associados às categorias de normas, obediência, aceitação e conformidade, no qual o Ser é reduzido à Indivíduo, tal como é praxe dos estudos da Psicologia Social funcionalista e estruturalista anglo-saxônica (Taylor, Moghaddan, 1994).

Com esse pensamento, estudar os valores morais pelo enfoque psicossocial das representações sociais, obrigatoriamente, interpõe-nos a adotar como pressuposto ontológico o entendimento de que o Ser é um *Sujeito Social* é construído e constrói as realidades sociais por intermédio da elaboração e partilha de conhecimentos, crenças, representações sociais, valores e outros elementos subjetivos em um processo de interação viva, histórica, dinâmica e conflitiva com o *Alter* (Jodelet, 2014).

Por outro lado, bebendo ainda dos estudos em representações sociais de Marková (2006; 2017), o prisma dialógico aplicado ao estudo dos valores auxilia centrarmos atenção nos conteúdos simbólicos que determinado agrupamento elaborou e reelaborou historicamente sobre dados valores morais. Portanto, ao afastarmos-nos das relevantes pesquisas dedicadas a hierarquizar e verificar a adesão de certos valores em específico agrupamento/comunidade (Piaget, 1994; 1977; 1996; Kohlberg, 1992; Schwartz, 2006; Rokeach, 1973; Inglehart, 1995) é possível colocarmos sob o sol um estudo que se apoia no entendimento de que os agrupamentos sociais, embora partilhem da mesma realidade concreta, tais agrupamentos representam de forma distinta os valores morais diluídos nesta realidade (Tavares et al., 2016; Moro, 2018; Menin et al. 2013). Com essa visão, metodologicamente, os estudos em representações sociais podem ofertar uma análise inovadora dos conteúdos

---

<sup>4</sup> Tendo em vista a complexidade da conceituação da EPP, o presente artigo irá se apoiar em duas perceptivas complementares. No tocante a primeira concepção a EPP é: “[...] uma forma particular de educar em valores. [...] Educar para a paz pressupõe a educação a partir de - e para - determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de paz [...]. Educar para a paz é uma educação a partir de uma ação.” (JARES, 2007, p. 45). Por seu turno, a segunda concepção defende que a “Educação para a Paz pode ser compreendida, também, como um projeto de contracultura, pois, ao assumir uma postura educacional crítico progressista ancorada na Cultura de Paz, objetiva desenvolver um processo formativo nas comunidades de aprendizagem, contrapondo-se e rompendo com a Cultura Beligerante” (Santos, 2019).

simbólicos idiossincráticos que enlaçam dados valores morais a um dado agrupamento, fornecendo, assim, insumos teóricos e empíricos para o desenvolvimento apurado de uma EPP fielmente atinente aos valores morais internalizados no grupo.

Por sua vez, o segundo ponto *teórico* que motivou o desenvolvimento desta pesquisa, *escassez de estudos coligando a TRS e a EPP*, é demonstrado em dois estudos (Santos, 2017; 2021) do tipo “estado da arte” (Vasconcellos, Nascimento da Silva, Souza, 2021) realizados por nós.

No que tange ao primeiro estudo (Santos, 2017), inventariou-se no *primeiro momento* teses e dissertações produzidas no Brasil no período de 2000 a 2016, alocadas nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no repositório da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-S)<sup>5</sup> que contivessem em suas palavras chave ou assunto os descritores associados: “Educação para a Paz”; “Paz”; “Tolerância”; “Intolerância”; “Representações Sociais”; “Representação Social”.

Nessa busca, constatou-se a existência de um total de: BDTD - 39 dissertações e 15 teses; Capes - 12 dissertações e 4 teses; PUC-SP - 1 dissertação e 1 tese. Por intermédio de uma análise desses documentos, constatou-se<sup>6</sup>: 1. Um baixo número de pesquisa em formato de teses e dissertações acerca da EPP, se comparado com outros fenômenos/objetos estudados nas áreas de conhecimentos inventariados<sup>7</sup>; 2. Não foram localizados estudos articulando a EPP com a TRS. Assim, sendo sugestionado à possível existência de um vácuo/hiato investigativo a respeito da análise do campo da EPP segundo o prisma teórico-metodológico da TRS; 3. No que diz respeito aos estudos que inter cruzam a EPP e os valores morais foi localizado somente uma (1) tese estabelecia sua investigação tendo como referencial teórica fundamental os estudos da moralidade de J. Piaget e de L. Kohlberg; 4. Verificou-se que expressiva parcela de teses e dissertações brasileiras encontradas no que diz respeito à EPP fazia menção e abonavam documentos/declarações de órgãos supranacionais – em especial: ONU e UNESCO. Apontando, conseqüentemente, a importância do uso e análise crítica desses documentos (Santos, 2017).

Por sua vez, preservando a simetria dos procedimentos empregados no *primeiro momento* do estudo (Santos, 2017), no *segundo momento*, foram analisados os artigos científicos brasileiros produzidos entre o período de 2000 a 2016 que abordassem a EPP, que apresentavam interface com a TRS e os valores morais que estivessem alocados no repositório do *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)*. Em apertada síntese<sup>8</sup>, tal levantamento indicou: haver no Brasil um total de oito (08) artigos científicos a respeito da EPP arrematados no SciELO; sendo que desse universo, dois artigos (02) tracejavam sobre EPP e o valor moral da Tolerância (Eça, 2014; Fischmann, 2001); não sendo localizadas publicações sobre a EPP, vinculada com o aporte da TRS.

Por seu turno, no segundo estudo (Santos, 2021) objetivou-se analisar as tendências e os desafios dos estudos brasileiros a respeito da EPP elaborados por investigadores vinculados a grupos de pesquisas *registrados* e *certificados* no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; ademais, foi inventariado quais desses estudos articulavam-se com a TRS.

No que tange às características gerais dos nove (09) grupos de pesquisa irenistas que dispunham de linha de investigativa em torno das temáticas da “*Cultura da Paz*”, “*Paz*” e “*Educação para Paz*”, denota-se que: sete (07) grupos de pesquisas eram arrematados em universidades públicas – 77,7% – e dois (02) em universidades privadas – 22,2%. Especificamente, no que se referem às universidades públicas, quatro (04) grupos de pesquisas estavam alojados em universidades federais e (03) em universidades estaduais. No tocante à disposição geográfica desses grupos de pesquisa no Brasil: três (03) grupos se localizavam na região Sudeste, dois (02) no Nordeste, dois (02) no Sul, um (01) no Norte e um (01)

---

<sup>5</sup> O repositório desta universidade foi escolhido em razão de que a pesquisa desenvolvida (Santos, 2017) se vinculava ao Núcleo de Pesquisa Internacional em Representações Sociais (NEARS/ PUC-SP) arrematado em tal instituição.

<sup>6</sup> Para melhor conhecimento dos procedimentos de análise verifique Santos (2017).

<sup>7</sup> Santos (2017) executou levantamento bibliográfico nas áreas de conhecimento: Educação, Direito, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia e Teologia.

<sup>8</sup> Para melhor conhecimento dos procedimentos de análise e estratégias de tratamento dos dados, conferir Santos (2017).

no Centro-Oeste. Ao denominarem sua “*Área de Predomínio*” investigativo, os grupos registraram-se em duas áreas: “Ciências Humanas”, com subáreas na Educação (05), Teologia (01), Ciências Políticas (01) e Sociologia (01); e “Ciências Sociais Aplicadas”, com subárea no Direito (01). Diante dessa classificação, verifica-se que o campo educacional assume uma maior preponderância, mas, acima de tudo, verifica-se haver uma pluridisciplinaridade circunscrevendo as reflexões desses grupos.

Dos 117 artigos analisados<sup>9</sup> que foram produzidos por grupos de pesquisas irenistas brasileiros entre 2008-2018, destacam-se como *tendências*: o predomínio de estudos teóricos (70,7%), sobre investigações de cunho empírico (29,2%); registram-se como as disciplinas com maior produção de investigações em EPP no Brasil, a *Educação Física e Relações Internacionais*; os estudos, majoritariamente, filiam-se epistemologicamente às contribuições de organismos supranacionais – em especial: ONU e UNESCO – e de J. Galtung; Violência, segurança e conflitos, frequentemente, emergem como temáticas associadas nos estudos irenistas brasileiros; não foram localizadas pesquisas em EPP articuladas com a TRS. Consequentemente, erguem-se como *desafios*: desenvolver pesquisas em EPP, conforme as especificidades da área de conhecimento da Educação; serem elaboradas investigações em EPP articuladas com a TRS.

Diante dos resultados apresentados nos supracitados estudos de levantamento (Santos, 2017,2021), depreende-se de modo unívoco que apesar de os estudos em EPP no Brasil apresentarem um expansivo crescimento de investigadores e pesquisas em diferentes áreas de conhecimento, nota-se que tal campo educacional ainda é pouco explorado se compararmos com a quantidade de estudos irenistas produzidos em outros países latino-americanos – em especial, Colômbia, México, Honduras e Argentina (Spring, Oswald, 2018). Ademais, nota-se que a investigação e o aprofundamento teórico-metodológico deste campo educacional ainda é tímido na aproximação e articulação com o prisma psicossocial da TRS.

Nesta linha de pensamento, tendo como esteio as supracitadas prerrogativas de cunho *social, legal e teórico*, passamos a relatar o percurso metodológico empregado para analisarmos as representações sociais de Jovens do EMP a respeito da Tolerância/Intolerância, versando a TRS com o campo da EPP.

## 2. Metodologia

O pressuposto teórico-metodológico central que ampara esta pesquisa se apoia na análise das dimensões da *informação, campo representacional e atitudes* (Moscovici, 2012). Justifica-se a “escolha teórico-metodológica” (Gil, 2002, p. 67) dessas dimensões analíticas em dois planos complementares.

No que se refere ao *plano teórico*, conforme orienta Moscovici (2012, p. 62), as representações sociais repousam sob uma teia social constituída por “universos de opiniões” continuamente elaborados e reelaborados à luz da partilha cultural e da cotidianidade. Nesse raciocínio, sendo os “universos de opinião” um dos motes no qual se amparam e se constituem as representações e sendo didaticamente compostos pelas dimensões da “atitude, da informação e do campo de representação ou imagem” (Moscovici, 2012, p. 62), paralelamente, tais dimensões configuraram-se como relevantes pontos analíticos para melhor investigarmos os possíveis elementos de *ancoragem e objetivação* (Moscovici, 2010) que estruturam as representações sociais construídas em torno de dado objeto representacional.

Assim, investigar as representações sociais por intermédio da *análise dimensional* permite incidirmos luz tanto nos elementos psicossociais idiossincráticos do agrupamento investigado, conforme uma grelha dimensional validada teoricamente nos estudos em representações sociais (Doise, 2002; Jodelet, 1986), como, igualmente, possibilita colocarmos em evidência os elementos simbólicos *transubjetivos* que gravitam em torno de dado objeto representacional, enfatizando as relações do *Ego–Objeto–Alter* em uma realidade/contexto (Marková, 2017; Ben Alaya, 2016; Jodelet, 2009).

---

<sup>9</sup> A fim de melhor conhecer os procedimentos de coleta e análise vide Santos, (2021).

Por sua vez, interconectado com esse primeiro plano, no que se refere ao *plano das feições do objeto representacional investigado* (Sá, 1996; 1998; Santos, 2017), nota-se que, ao nos interessarmos em correlacionar o estudo das representações sociais sobre *valores e contravalores*, torna-se prudente entendermos que estes são produzidos, reproduzidos e hierarquizados socialmente sob o esteio das normas, crenças, *opiniões e representações*. Portanto, considerando esses dois últimos esteios, ao empregarmos as dimensões analíticas da “atitude, da informação e do campo de representação ou imagem” (Moscovici, 2012, p. 62) para investigarmos um objeto representacional que se performa como *valor e contravalor*, temos como premissa que tal posicionamento nos possibilita confeccionar uma análise matizada e tipificada dos conteúdos das representações sociais instalados no quadro social “em que se inserem os indivíduos/agrupamentos” (Santos, 2005, p. 30).

Com base nessas duas prerrogativas, deduz-se que a investigação das representações sociais, amparada pelas dimensões analíticas da “atitude, da informação e do campo de representação ou imagem” (Moscovici, 2012, p. 62), conflui teórica e metodologicamente tanto com a recomendação dos estudos iluminados pela TRS quanto com os estudos que têm como fim enlaçar tal teoria com a investigação dos valores e contravalores (Santos, 2017) como objetos representacionais. Nessa perspectiva, fundamentados em Moscovici (2012), sintetizamos como dimensões analíticas que transpassam nossa investigação:

- *Informação* – vincula-se com organização, quantidade e qualidade de conhecimentos que dado agrupamento dispõe acerca de determinado objeto social. A informação dilui-se no corpo social de forma heterogênea, variando a intensidade e a conformação social, segundo as *experiências grupais, a cultura e a classe social*. (Moscovici, 2012, p. 62)
- *Atitude* – interligada com a história e as projeções dos sujeitos ou do agrupamento, a atitude explicita uma resposta latente (velada) e organizada (complexa) *em um processo de tomada de posição a respeito do objeto social*. Interessantemente, é nessa dimensão que se materializam/manifestam de forma comportamental os juízos de valores – negativos e positivos – para orientação das condutas e práticas sociais efetuadas por determinados sujeitos/agrupamentos em face do objeto social. (Moscovici, 2012, p.64)
- *Campo representacional ou imagem* – estruturando as dimensões da *informação* e da *atitude*, o campo representacional configura-se como uma unidade/modelo social que organiza, estrutura e hierarquiza os “conteúdos concretos e limitados das proposições que expressam um aspecto determinado do objeto da representação” (Moscovici, 2012, 65).

Diante desses esclarecimentos, passamos a relatar o percurso metodológico desenvolvido em duas etapas complementares para *analisarmos as representações sociais de Jovens estudantes do EMP sobre a Tolerância/Intolerância, por meio do aporte teórico-metodológico da TRS, versada com os estudos da EPP*.

### **1ª Etapa: Estudo Exploratório**

#### **Lócus de Pesquisa e Participantes I**

A primeira etapa desta pesquisa foi desenvolvida durante o segundo semestre de 2017 em uma (01) escola de EMP situada no município de São Paulo – capital do Estado de São Paulo, Brasil. Considerando as características educacionais vigentes durante o período no qual efetuamos essa primeira etapa do estudo, a escola pública sob a tutela administrativa municipal que acolheu nossa investigação localizava-se na Zona Norte de São Paulo e dispunha de 177 funcionários ativos para a oferta do Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio no período matutino e vespertino. Conforme informações coletadas com a equipe gestora dessa escola, tal instituição atende o público oriundo das Classes Sociais C, D e E, as quais respectivamente, considerando a faixa de renda familiar, correspondem: Classe C – de R\$ 2.005 a R\$ 8.640; Classe D – de R\$ 1.255 a R\$ 2.004; Classe E – de 0 a R\$ 1.254 (IBGE, 2018). No que tange ao quantitativo de estudantes matriculados nessa escola pública: no Ensino Fundamental I – 216 estudantes; no Ensino Fundamental II – 197 estudantes; e no Ensino Médio – 808 estudantes.

Apresentado o lócus da pesquisa, passamos a relatar o perfil dos participantes que integraram essa etapa da investigação.

Participaram 112 Jovens estudantes do EMP - selecionados por adesão à pesquisa -, dos quais: 52,6% do sexo feminino (59)<sup>10</sup>; 45% do sexo masculino (51); e 1,7% não informou (2). No que tange a idades deles: 45% – 15 anos (50); 27% – 17 anos (30); 19% – 16 anos (21); 4% – 18 anos (5); 3% – 14 anos (4); 2% – 19 anos (2). Aditivamente, cursavam: 1.º Ano – 37,5% (42); 2.º Ano – 33,9% (38); 3.º Ano – 28,5% (32).

Por sua vez, no que se refere à religião, verificou-se que os participantes eram acentuadamente cristãos: 39% – evangélicos (44); 36% – católicos (40); 5% – espíritas kardecistas (6); 8% – outras religiões não informadas (9); 8% – sem religião (09); e 4% – não informaram (4). No que diz respeito à autodeclaração de raça/cor dos participantes: 36% – pardos (41); 31% – brancos (35); 26% – pretos (29); 3% – indígenas (3); 2% – amarelos (02); e 2% – não responderam (02).

Por seu turno, no que concerne à orientação sexual dos participantes, 91% – heterossexuais (102), 3% – homossexuais (4), 3% – outras orientações não informadas (3) e 3% – não responderam (3). Por fim, no tocante à escolaridade de seus pais/responsáveis: 42% – Ensino Fundamental (47); 25% – concluíram o Ensino Médio (28); 11% – Pós-Graduação (12); 10% – Graduação (11); 4% – não possuíam escolaridade (5); e 8% – não souberam informar (9).

#### *Procedimento de Coleta dos Dados*

##### *Elaboração e validação do 1.º instrumento de pesquisa*

A fim de estabelecermos uma primeira aproximação com as possíveis representações sociais que dado agrupamento revela a respeito da *Tolerância/Intolerância*, foi elaborado um questionário-piloto semiestruturado apoiado, preponderantemente, na Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP).

No primeiro momento do questionário focalizando o desvelamento representacional da *Tolerância*, solicitamos ao respondente que, individualmente, evocasse e registrasse cinco primeiras palavras ou frases que vinham a sua mente, a partir do estímulo indutor “*Para você Tolerância é ...?*” – Questão 1 – e, posteriormente, hierarquizasse essas palavras ou frases da mais importante a menos relevante – Questão 2. Seguidamente, o questionário demandava do respondente que explicasse por que escolhera dada palavra ou frase como a mais importante para remeter à *Tolerância* – Questão 2; por seu turno, requeria-se que, brevemente, explicasse o que significava para ele cada uma das palavras ou frases evocadas inicialmente – Questão 4.

De forma interconectada e espelhada nesse primeiro momento, didaticamente, no segundo momento do questionário, ao centrarmos atenção na *Intolerância*, foram elaboradas questões com o mesmo teor das supracitadas, porém solicitamos aos Jovens que reflexionassem e as respondessem a partir do estímulo indutor “*Para você Intolerância é ...?*” – Questões 6, 7, 8 e 9.

Logo, por meio da TALP, foi edificado um instrumento de coleta de dados que, de maneira exploratória, iluminava os possíveis conteúdos representacionais que circunscrevem a *Tolerância/Intolerância*, segundo os Jovens. Paralelamente, é importante realçar que, especificamente, a organização das questões do tipo 3/8 e 4/9, que demandavam a *explicação da palavra ou frase registrada como principal e os significados de cada uma das palavras ou frases evocadas*, forneceu de forma ampliada os *sentidos e os significados* que transpassam o objeto representacional investigado segundo dado agrupamento, bem como visibiliza possíveis conteúdos simbólicos alicerçados nas dimensões da *informação, atitude e campo representacional* (Sarubbi Junior *et al.*, 2013).

Por fim, o questionário-piloto solicitava um conjunto de informações atreladas ao perfil do participante.

---

<sup>10</sup> Esclarecendo, os números que precedem às porcentagens correspondem ao número de sujeitos com dada característica no montante de 110 sujeitos, tendo em vista que dois sujeitos não reponderam ou responderam de maneira incompleta o perfil do participante.

Elaborada essa versão-piloto do instrumento de pesquisa, o instrumento foi validado em duas fases complementares: *Expert e Participante Típico*.

1.<sup>a</sup> *Fase Expert* – Influenciado pelos estudos de Stake (1982) e Vianna (2005), o roteiro foi submetido à avaliação de um profissional com expressiva experiência e conhecimento da arquitetura de instrumentos desse tipo, bem como conhecedor da TRS. Portanto, a validação tinha como foco permitir que o avaliador expressasse recomendações teórico-metodológicas tanto para a melhoria do instrumento quanto para apontar possíveis pontos despercebidos na respectiva construção, que dificultariam sua aplicação aos Jovens.

O questionário foi validado perante uma cientista social<sup>11</sup> que sugeriu a necessidade de ajustes pontuais quanto a disposição das questões. Acolhidas todas as admoestações e reelaborado o instrumento, prosseguimos para próxima fase da validação.

2.<sup>a</sup> *Fase Participante Típico* – Ansiando construir um instrumento de pesquisa assentado em uma linguagem acessível e palatável aos Jovens, o instrumento foi aplicado de forma piloto a dois Jovens do EMP – sendo um do sexo masculino com 16 anos e outro do sexo feminino com 16 anos – residentes no município de São Paulo, a fim de serem apresentadas sugestões e modificações. A partir da realização desse procedimento de validação do instrumento, foi ratificado que o instrumento se encontrava apropriado para os Jovens e não foi apresentada nenhuma observação.

Em face desses procedimentos de elaboração e validação, foi constituído o instrumento de pesquisa definitivo empregado nessa primeira etapa da pesquisa.

#### *Procedimento de coleta e análise dos dados I*

A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2017. Inicialmente, foi estabelecido um contato com a equipe pedagógica apresentando e disponibilizando uma cópia do *plano de pesquisa, do instrumento de coleta de dados e o termo de compromisso de utilização de dados*. Nessa primeira aproximação com a escola, considerando que a pesquisa envolve participantes menores de idade, em respeito às normatizações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) – Resoluções 466/2012 e 510/2016 –, foram disponibilizadas 400 cópias do *termo de consentimento livre esclarecido (TCLE)* para ser assinado pelo responsável dos jovens interessados em participar do estudo. Seguidamente, após data e horário estipulados pela escola, acompanhados de um membro da equipe pedagógica, realizamos o recolhimento dos TCLE anuídos e realizamos a aplicação do instrumento de pesquisa em três dias consecutivos.

A fim de auxiliar na análise dos dados, lançou-se mão do *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ)*, versão 2014, desenvolvido por Ratinaud (2009). Especificamente no que tange às análises que o IRaMuTeQ disponibiliza, empregamos nessa primeira etapa da investigação a *análise prototípica e de similitude*.

Por fim, diante dos dados organizados e categorizados pelo *software* eles foram interpretados à luz da TRS vinculada aos estudos desenvolvidos no campo da EPP e de forma associada com estudos anteriores nossos (Santos, 2017; Santos; Sousa, 2019).

#### **2<sup>a</sup> Etapa: Estudo de Aprofundamento**

Respaldados nos resultados produzidos na primeira etapa desta pesquisa, na segunda etapa desta instigação visou-se aprofundar a análise das possíveis representações sociais dos Jovens do EMP acerca da *Tolerância/Intolerância*, enfatizando a

---

<sup>11</sup> Considerando a autorização do avaliador em divulgarmos seu nome, declaramos que o instrumento de pesquisa foi validado e assessorado pela Profa. Euricilda de Souza Prado Del Bel Belluz, vinculada à Fundação Carlos Chagas (FCC).

*dimensão atitudinal*. Esse redirecionamento metodológico amparou-se, majoritariamente, em duas prerrogativas complementares:

1.<sup>a</sup> *Prerrogativa teórica* – a investigação da *dimensão atitudinal* nos estudos em representações sociais assume primazia tendo em vista que essa dimensão permite tornar evidente um conjunto de elementos psicossociais que conformam e perpassam os processos constitutivos da representação social (Moscovici, 2012; Doise, 2001, 2014). Em outras palavras, reconhecendo que a representação social é formada pelos processos dialógicos de *ancoragem* e *objetivação* (Moscovici, 2012; 2010), o estudo aprofundado da dimensão da atitude permite, no que tange à *ancoragem*, identificar com mais clareza os traços simbólicos que envolvem a *classificação* e a *nomeação* do que os Jovens do Ensino Médio compreendem e atribuem a respeito da *Tolerância* e da *Intolerância* e, igualmente, possibilita evidenciar os elementos de *coerência lógica* empregados pelo agrupamento investigado ao refletir sobre o binômio valores/contravalores como objetos representacionais.

2.<sup>a</sup> *Prerrogativa objetiva* – Tendo ciência de que os estudos pertinentes aos aspectos axiológicos ainda se perfilham timidamente explorados no bojo investigativo das representações sociais (Jodelet, 2017) e imbuídos dos estudos efetuados por Porto (2006) e Doise (2002; 2009; 2014), adotamos como posicionamento teórico-metodológico de que o estudo das representações sociais acerca da Tolerância/Intolerância, por intermédio da *análise dimensional atitudinal*, permite, especialmente, colocar em evidência interpretativa as manifestações concretas – materialização – do binômio objetos/valores na cotidianidade.

Trata-se, nesse sentido, ao corroborarmos a dimensão atitudinal, de estabelecermos um esforço acadêmico em benefício de analisarmos o supracitado binômio, considerando-o como um *objeto representacional* que revela tanto uma face *subjéctiva* como *objetiva*, as quais se inter cruzam e se reforçam mutuamente.

Portanto, incidir luz sobre a Tolerância/Intolerância como *objeto representacional* estudado, considerando a dimensão atitudinal dele, reiteramos que proporciona verificar como se desdobram de forma objetiva e concreta dados valores em nossas realidades sociais (Berge; Luckmann, 1966/2016). Por consecução, esse redirecionamento do estudo se firma como uma das possíveis chaves teórico-metodológicas para melhor arregimentarmos o possível versar dos estudos axiológicos no âmbito das representações sociais como *objetos investigativos* calcados em uma menor plasticidade e maior materialidade/objetividade.

Embebidos desses dois pressupostos – *teórico e objetiva*, passamos a relatar o “lôcus da pesquisa e participantes” e os “procedimentos de coleta e análise de dados” que circunscrevem essa segunda etapa da investigação.

### *Lôcus de Pesquisa e Participantes II*

Tendo o mesmo *lôcus* investigativo da primeira etapa do presente estudo, nessa segunda etapa da pesquisa, participar o montante de seis (06) Jovens selecionados por adesão à pesquisa.

Considerando esse universo, em descrição: 50% – sexo feminino (3) e 50% – sexo masculino (3); 66% – 17 anos (4), 17% – 15 anos (1) e 17% – 18 anos (1). Aditivamente, eles cursavam: 1.<sup>o</sup> Ano – 17% (1); 2.<sup>o</sup> Ano – 0% (0); 3.<sup>o</sup> Ano – 83% (5). No tocante à religião desses Jovens: 66% – católicos (4); 17% – evangélicos (1); e 17% – outra religião (1). Por seu turno, no que tange à autodeclaração de raça/cor dos participantes: 49% – pardos (3); 17% – amarelos (1); 17% – brancos (1); e 17% – pretos (1).

Por sua vez, no que se refere à orientação sexual dos participantes, todos informaram ser heterossexuais. No que concerne ao nível de escolaridade de seus pais, foi declarado que: 66% – Ensino Médio (4); 17% – sem escolaridade (1); e 17% – graduação. Seguidamente, no que diz respeito à renda familiar: 50% – entre 0 a R\$ 1.254 (3); 33% – entre R\$ 1.255 e R\$ 2.004 (2); e 17% – entre R\$ 2.005 e R\$ 8.640 (1). Por fim, 66% dos participantes informaram realizar algum tipo de trabalho – estágio, emprego, prestação de serviço, entre outras categorias laborais (4) – e em contrapartida 34% dos participantes registraram não desempenhar nenhum tipo de trabalho/ofício (2).

### *Elaboração e validação do 2.º instrumento de pesquisa*

Em aprofundamento, por intermédio da *análise dimensional da atitude* (Moscovici, 2012), foi desenvolvido um roteiro-piloto semiestruturado embasado em *cenários projetivos*<sup>12</sup>. Amplamente difundidos nos estudos em representações sociais (Inaudi *Et Al.*, 2014; Stanich, 2018), os *cenários projetivos*, brevemente, revelam-se como uma ferramenta reflexiva que permite ao investigador melhor acessar as *percepções, crenças, opiniões e representações* que perpassam o campo simbólico interno do participante e externo a ele – elementos de coerção do agrupamento – diante de um conflito atinente à temática/objeto estudado no bojo da vida cotidiana.

Nesse sentido, reconhecendo a interpretação moscovicianiana de relação psicossocial estruturada pelo *Ego–Alter–Objeto*, amparada por um *contexto social* que é *histórico, vivo, dinâmico e contraditório* (Moscovici, 2010; Marková, 2017; Ben Alaya, 2016), Inaudi *et al.* (2014) comentam que o emprego dos *cenários projetivos* nos estudos em representações sociais permite elucidar nós investigativos que por vezes não são transfigurados por outras técnicas de coleta de dados ao demandar dos respondentes que eles se *posicionem, julguem e expliquem* suas *atitudes e práticas* sobre dado objeto representacional em situações problemáticas – conflitantes.

Nesse raciocínio, considerando que a *Tolerância/Intolerância* majoritariamente se manifesta de forma fina, sutil e dissimulada no âmbito do cotidiano social (Cardoso, 2003; Santos, 2010; Santos, 2017), os cenários apresentavam conflitos ambientados segundo a lógica, a qual é o *Alter* que sofre ou perpetra a ação de violência para um terceiro, e o personagem fictício – *Sujeito* – firma-se como um agente que pode ou não intervir/atuar em dado *contexto*, segundo o entendimento do participante da pesquisa.

Para urdir os cenários projetivos, fora constituída matriz de referência enlaçando tanto a inteligibilidade dos clássicos apontamentos teóricos sobre a *Tolerância/Intolerância*, sistematizados em nosso estudo anterior (Santos, 2017), quanto, especialmente, contemplando as possíveis representações sociais que os Jovens do EMP apontaram sobre o citado binômio mapeadas no Estudo Exploratório desta investigação. Com esse entendimento, os conteúdos que circunscrevem os cenários projetivos arquitetados foram constituídos à luz de três eixos analíticos: a *“Liberdade de Pensamento e Expressão”*, os *“Direitos Fundamentais”* e as *“Minorias Sociais”*.

Apoiados nessa matriz de referência<sup>13</sup> foram estruturados de forma piloto 11 cenários projetivos sobre *Tolerância/Intolerância* dispostos segundo os supracitados eixos analíticos, em descrição: três cenários envolvendo conflitos a respeito da *Liberdade de Pensamento e Expressão*; quatro cenários cobrindo conflitos acerca de *Direitos Fundamentais*; e quatro cenários abrangendo conflitos sobre *Minorias Sociais*. Seguidamente, construímos um documento para validação e aprimoramento, perante um “grupo de prestígio” (Stake, 1982)<sup>14</sup>. Nesse sentido, no curso dos meses de fevereiro a junho de 2020, foram encaminhadas via *e-mail* 82 cartas-convite compondo o documento de validação para docentes universitários de distintas instituições nacionais e internacionais arregimentados nos departamentos de Educação, Psicologia, Filosofia, Teologia, Ciências da Religião, Direito e Ciências Sociais. Angaríamos 14 pareceres<sup>15</sup>.

Nessa linha, tomando como base as sugestões explicitadas pelo “grupo de prestígio”, foram selecionados e ajustados *dois cenários projetivos* vinculados a cada um dos três eixos analíticos supracitados. Por consequência, foi elaborada a versão definitiva do instrumento de pesquisa desta segunda etapa investigativa.

---

<sup>12</sup> Os cenários projetivos elaborados serão apresentados posteriormente quando abordarmos o respectivo processo de validação.

<sup>13</sup> Vide Santos (2021)

<sup>14</sup> Para melhor conhecimento dos critérios de seleção desse grupo de prestígio, vide Santos (2021).

<sup>15</sup> Considerando a autorização dos avaliadores em divulgarmos seus nomes, declaramos que o instrumento da pesquisa foi validado e assessorado pelos professores: Alfredo Guerreiro Tapia (UNAM- México); Serena Erendira Serrano (UNAM- México); Blanca Lazerte (UNSL- Argentina); Priscila Costa Santos (UNESA); Murilo Silva Resende (UniCEUB); Renisia Filice (UnB); Ana Polónia (UNIEURO); Divaneide Paixão (SEEDF); Rhaisa Freitas (UniCEUB); Saulo Florence (UniCEUB); Elizabete Rego (UnB); Karina Biasoli (UNICID); Marcia Lousada (PUC-SP).

### *Procedimento de coleta e análise dos dados II*

Em parceria com a coordenação pedagógica durante o primeiro trimestre de 2021 foram encaminhados 156 *e-mails*-convites para os responsáveis de Jovens da citada instituição, explicitando o objetivo da investigação e reiterando os respectivos aspectos éticos<sup>16</sup>. A aplicação do segundo instrumento de pesquisa foi efetuada por meio da técnica do grupo focal (Gil, 2002; Kalampalikis, 2011).

Considerando a situação sanitária da pandemia do Coronavírus (OMS, 2020; Brasil, 2020), tecnicamente, a fim de aplicar esse segundo instrumento de pesquisa, ofertando segurança sanitária tanto para os participantes quanto para a equipe de pesquisadores, ele foi executado mediante o recurso tecnológico da videoconferência - *Zoom Video Communications*.

Para análise dos dados produzidos, de início, foi realizada a transcrição da videoconferência e, posteriormente, esse dado bruto foi organizado e categorizado com o auxílio da análise de conteúdo (Franco, 2020). Por conseguinte, foram indicados, de forma intercruzada com os resultados produzidos no Estudo Exploratório, os possíveis elementos de *ancoragem* e *objetivação* que compõem as representações sociais da Tolerância/Intolerância, conforme o agrupamento investigado.

## **3. Resultados e Discussão**

### *1ª Etapa – Resultados do Estudo Exploratório*

#### *Análise de Prototípica da Tolerância*

Com base nos 112 Jovens do EMP que responderam ao primeiro momento do questionário, majoritariamente, organizado segundo a égide da TALP e orientado pelo estímulo indutor “*Para você Tolerância é ...?*”, verifica-se que pululam como elementos simbólicos que possivelmente inscrevem de forma principal as representações sociais da Tolerância de acordo com o agrupamento os termos:

---

<sup>16</sup> De modo cautelar, respeitando os paradigmas éticos da pesquisa com humanos (CNS – Resoluções 466/2012 e 510/2016), a aplicação ocorreu amparada por um TCLE disponibilizado e assinado pelos responsáveis.

**Quadro 1** - Análise prototípica elaborada a partir do estímulo indutor “Para você Tolerância é ...?” – Escolas Públicas<sup>17</sup>

|  |   |   |
|--|---|---|
| Freqüência Mínima: 3<br><8.8 Freqüência Intermediária >= 8.8<br><= 2.81 Ordem Média > 2.81 | <b>1.º Quadrante</b><br><b>Possível Núcleo Central</b>  | <b>2.º Quadrante</b><br><b>Primeira Periferia</b>   |
|  | Paciente (48; 2.8)<br>Respeito (45; 1.8)<br>Religião (27; 2.2)<br>Amor (24; 2.6)<br>Educação (11; 2.3)<br>Limite (10; 2.1)  | Aceitar (23; 3)<br>Paz (14; 4)<br>Diferenças (11; 3.5)<br>Aguentar (10; 3.5)<br>Suportar (10; 2.9)  |
|  | <b>3.º Quadrante</b><br><b>Zona de Constraste</b>   | <b>4.º Quadrante</b><br><b>Primeira Periferia</b>   |
|  | Compreensão (07; 2.5)<br>Família (07; 2.1)<br>Calma (07; 2.6)<br>Racismo (04; 2.5)<br>Empatia (04; 2)<br>Maconha (04; 2.5)<br>Briga (03; 2)<br>Tempo (03; 1.7)<br>Igreja (03; 2.3)<br>Convivência (03; 2.3) | Trabalho (08; 3.2)<br>Amigos (08; 3)<br>Lactose (08; 3.2)<br>Preconceito (07; 3)<br>Pessoas (07; 3.6)<br>Trânsito (06; 4)<br>Comida (05; 5)<br>Política (05; 3.4)<br>Raiva (05; 3.4)<br>Gênero (04; 4)<br>Escola (04; 3.4)<br>Amizade (04; 3.2)<br>Sexualidade (04; 3.2)<br>Ideias (04; 3)<br>Estresse (04; 3)<br>Conversa (04; 3.2)<br>Orientação Sexual (04; 3.5)<br>Tranquilidade (03; 3.3)<br>Leite (03; 3.7)<br>Igualdade (03; 3.3)<br>Bom Humor (03; 3.7)<br>Bom (03; 3.7)<br>Esperar (03; 3.7) |

Fonte: Dados de pesquisa processados no *software* Iramuteq.

Em apertada síntese, erguem-se três pontos em que a Análise prototípica permitiu aproximarmos mais da identificação das representações sociais da Tolerância, segundo o grupo investigado.

O primeiro ponto situa-se na sinalização que em todos os quadrantes registram-se termos que indicavam de forma patente que os Jovens pesquisados representam socialmente a Tolerância segundo a marca relacional *Ego–Alter–Contexto*. Nessa linha, se na atualidade recorrentemente verificamos a existência de um espírito social que elabora e reelabora os valores, segundo a égide individualista/ególatra, solipsista e com escassez de reconhecimento social (Bauman; Donskis, 2014), de forma oposta, constatamos que, de acordo com esses Jovens, a Tolerância ainda se firma como um valor inscrito em uma arquitetura simbólica em que o *Alter* e o *Contexto* organizam-se como relevantes balizadores.

Acompanhando esse primeiro ponto, é pertinente destacarmos de maneira macro que a Tolerância é tomada por esses Jovens em conformidade com um *olhar social* que tenta reconhecer e incluir o *Alter* diferente. Não obstante, esse *olhar social* que ambienta a Tolerância perante o *Alter*, proeminentemente, aponta indícios de uma secundarização do *Eu*, no usufruto da Tolerância, haja vista o recorrente posicionamento de que “é o Outro (*Alter*)” que necessita de Tolerância, não o *Sujeito* (*Ego*) ou *Nós*. Logo, sedimenta-se uma possível representação social da Tolerância *extra corporis* (Habermas, 2003; 2018) na qual é o *Alter* que tem que ser tolerado – aguentado/suportado/contemporizado – e o *Sujeito* (*Ego*) é suplantado/secundarizado nessa relação.

<sup>17</sup> Tal como recomendam Sousa et al (2020), considerando a proximidade semântica dos termos apresentados pelos participantes, eles foram aglutinados em um único termo para o processamento do IRaMuTeQ (versão 2014). Assim, os termos foram agrupados como: paciência e paciente → “Paciente”; respeito, respeitoso e respeito ao próximo → “Respeito”; religião, religiosa, religioso, suporta a religião → “Religião”; amor e amorosidade → “Amor”; educação e educado → “Educação”; aceitação, aceito, aceitar → Aceitar.

Paralelamente a esse indicativo, há de registrar que a Tolerância é circunscrita em um quadro no qual o Sujeito é tomado como ser passivo, que sofre a sujeição e a resignação. Em outras palavras, o Sujeito tolerante e a Tolerância são interpretados como agentes e elementos sociais destituídos de ação e de potência na modificação da realidade – tolerar, segundo os Jovens, consubstancia-se pelo Sujeito “aceitar”, “aguentar” e “suportar” algo por vezes nocivo em nome do “respeito” e do “amor”.

Por sua vez, o segundo ponto que a Análise prototípica indicou centra-se na determinação de que as representações sociais da Tolerância para esses Jovens apoiam-se em um pano de fundo enredado por uma complexa rede de elementos simbólicos *históricos, irenistas e afetivos*.

No que tange às marcas do pano de fundo *histórico*, verificamos a primazia de elementos simbólicos atrelados ao âmbito da saúde/medicina, bem como das ideias contratualistas fundadas entre os séculos XVI e XVIII (Hobbes, 1651/1973; Locke, 1689/2006; Saint-Pierre, 1713/2003; Kant, 1795/1989). Com esse pensamento, a Tolerância para esses Jovens traz consigo uma representação social espelhada na *Intolerância à Lactose*, como aludindo à importância desse valor na estruturação de uma convivência harmônica, ordeira e tida como pacífica para os Jovens.

Associada a esse pano de fundo histórico, os Jovens, igualmente, trazem como um dos elementos que inscrevem suas representações sociais da Tolerância a *Paz*. De forma notória, é compreendido que a Paz é uma *necessidade social* que pode ser mais bem desenvolvida por intermédio da manifestação e inscrição de relacionamentos tolerantes.

Por esse prisma, se por um lado esses Jovens salientam que a Paz se organiza como um “estado social” *dinâmico e processual*, simultaneamente, não encontramos registros indicando que, segundo estes, o Sujeito institui-se como ser ativo na promoção da Paz. Mais uma vez, como apontam estudos (Guerrero, Martínez, 2011; Guerrero, 2000), demonstra-se que o Sujeito não é tido como um agente ativo de intervenção e transformação da Paz na esfera coletiva. As representações sociais da Tolerância, assim, trazem como pano de fundo uma estreita associação com a Paz, no entanto os Sujeitos não são registrados como agentes de potência nessa associação.

Aditivamente, como terceira marca que intercruza o pano de fundo das representações sociais da Tolerância para os Jovens, é oportuno destacarmos a *afetividade, os sentimentos e as emoções* que perpassam a relação Ego–Alter–Contexto. De acordo com esse agrupamento, a representação social da Tolerância tem como uma das bases a *dimensão afetiva* que acentuadamente ambienta a inscrição e a modulação das ações tidas como tolerantes. Esse indicativo, explicita ademais que a Tolerância para esses Jovens é sobretudo composta por afetos, emoções e sentimentos polares, por exemplo, “Amor” e “Raiva”.

Logo, essa marca do pano de fundo que acomoda a representação social da Tolerância, conforme esses Jovens, fundamentalmente, revela a importância de melhor atentarmos para a dimensão afetiva (Arruda, 2005) que enlaça essa representação.

Por fim, de forma transversal, o terceiro ponto que a Análise prototípica identificou é o fato de que as representações sociais da Tolerância, segundo esses Jovens, sedimentam-se associadas à *liberdade de pensamento e expressão*, aos *direitos fundamentais* e às *minorias sociais*. No que tange à *liberdade de pensamento e expressão*, os Jovens salientam que a Tolerância se firma no respeito e no reconhecimento das *ideias, opiniões e crenças*, muito embora, como interpõe Habermas (2003), a ferramenta social do diálogo registra-se de forma diminuta nos dados analisados – há a prevalência de um diálogo/debate *condescendente* sobre o *consensuado*.

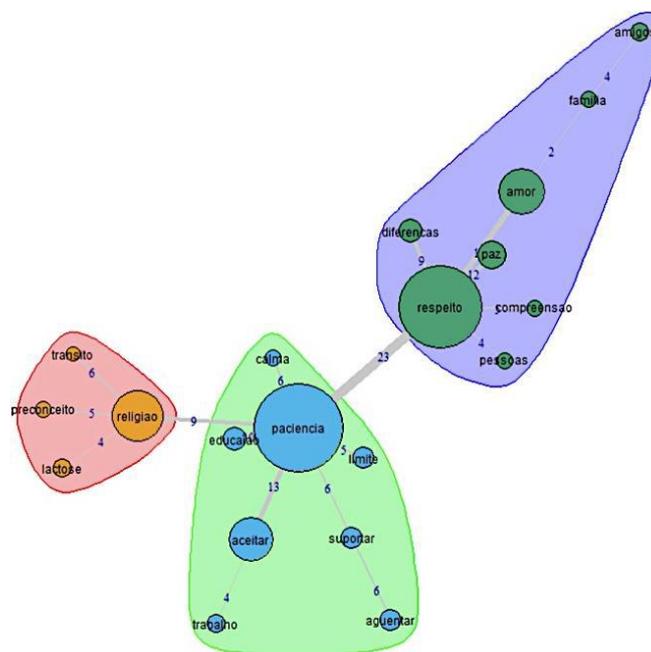
Seguidamente, reunindo os *direitos fundamentais* e as *minorias sociais*, os Jovens enlaçam as representações sociais da Tolerância a elementos simbólicos atentos aos conflitos e violências (Galtung, 1994) que perpassam as esferas religiosa e identitária. É fundamental reiterarmos que os Jovens associam a Tolerância à *orientação sexual e ao racismo*, sugestionando,

assim, que a Tolerância se constituiria, segundo eles, como um dos valores essenciais que se desdobram da realidade concreta dirimindo as violências e os conflitos que permeiam tais campos sociais.

#### *Análise de Similitude da Tolerância*

Por seu turno, ampliando os supracitados dados, por intermédio da análise de similitude é possível verificarmos indícios de como a estrutura cognitiva (Abric, 1994; Campos; Rouquette, 2003) das representações sociais da Tolerância se organiza para os Jovens do EMP.

**Figura 1** - Análise de similitude gerada pelo *software* Iramuteq a partir da lista de evocações.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir de Vergès et al (2002), é possível interpretarmos esse dado com a premissa da organização de três “famílias de palavras” em que se assumem como termos/elementos simbólicos cardinais a “Paciência”, o “Respeito” e a “Religião”.

No que concerne à primeira família de palavras – verde claro –, coordenada centralmente pelo termo/elemento simbólico da “Paciência”, identificamos que são aglutinadas características do *sujeito/ser tido como tolerante*, sendo associados, por conseguinte, elementos simbólicos como “Paciência”, “Calma”, aceitação – “Aceitar”, “Suportar” e “Aguentar” –, educado, bem como é memorado um dos lócus – “Contextos” – em que a Tolerância, segundo os Jovens, se faz patente de manifestação – “Trabalho”.

Por sua vez, no que diz respeito à segunda família de palavras acomodada centralmente pelo elemento simbólico “Respeito”, observamos que em um primeiro plano os Jovens apresentam uma estrutura cognitiva indicando elementos simbólicos que supostamente *ambientam/perpassam uma relação Ego–Alter atribuída como tolerante*. Assim, elementos simbólicos como “Respeito”, “Amor”, “Paz” e “Compreensão” se traduzem como ingredientes relacionais tidos como pertinentes pelos Jovens em relações consideradas tolerantes.

Em um segundo plano, verificamos que são assentados os “grandes” *Alter’s a serem tolerados*, portanto emergem elementos simbólicos memorando as “Diferenças”, “Pessoas”, “Família” e “Amigos”. É interessante reiterar que a “Análise de

Similitude” confirma que os elementos afetivos/sentimentais/emocionais se firmam como um dos pontos simbólicos que orientam a disposição da Tolerância ao assinalar e coligar a “Família” e os “Amigos”.

Por fim, à luz da última família de palavras – em vermelho – disposta de forma concêntrica a partir do elemento simbólico “Religião”, observamos que os Jovens apresentam uma estrutura cognitiva sugestionando que as representações sociais da Tolerância se associam à religião, à saúde – “Lactose” –, às violências – “Preconceito” – e a mais um lócus/ambiente social – “Trânsito”. Destaca-se nessa estrutura cognitiva o fato da afiliação “Religião” e do “Preconceito”, haja vista que, conforme as análises anteriores – “Análise prototípica” –, foi registrado o recorrente posicionamento dos Jovens atrelando as representações sociais da Tolerância à “Tolerância/Intolerância Religiosa”, o que traduz, segundo esses Jovens, que a pauta e o fenômeno religioso ainda hoje constituem-se como uma das esferas sociais em que a Tolerância se ambienta de forma patente.

Em delineamento de oclusão da análise de similitude, denota-se que a estrutura cognitiva que circunscreve as representações sociais desses Jovens sobre a Tolerância expõe: um conjunto de características do sujeito/ser tido como tolerante; elementos simbólicos que ambientam/inscrevem uma relação marcada pela Tolerância; os agentes sociais – Alter – a serem tolerados; e a estreita vinculação da religião e dos afetos/sentimentos/emoções na urdidura simbólica da Tolerância.

Ao fim e ao cabo, tendo em vista a riqueza dos dados expostos e interpretados no curso da análise prototípica e de similitude da Tolerância, de maneira sintética, constatamos à luz da análise dimensional (Moscovici, 2012) que a radiografia da representação social dos Jovens do EMP pesquisados sobre a Tolerância, fundamentalmente, tem como pontos cardinais:

**Quadro 2 - Síntese dimensional das possíveis representações sociais da Tolerância para Jovens do EMP.**

| Dimensões              | Pontos cardinais das representações sociais da Tolerância para Jovens do EMP  |
|------------------------|---|
| INFORMAÇÃO             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As representações sociais da Tolerância encontram-se tecidas por um sistema de conhecimentos oriundos da história constitutiva desse objeto no Ocidente. Nesse bojo, destacam-se informações atreladas aos âmbitos da <i>saúde/medicina</i> e da <i>filosofia contratualista do Estado Moderno</i>.</li> <li>• As representações sociais da Tolerância firmam-se marcadas por conhecimentos advindos das <i>experiências cotidianas</i> contextualizadas – “Trabalho”, “Trânsito”, “Escola” etc. (Moscovici, 2012; Ben Alaya, 2016) – e, especialmente, atrelada a conhecimentos produzidos a partir da reflexão dos <i>afetos, sentimentos e emoções</i> – do sensível. A Tolerância, nessa ótica, é representada como um objeto escrito por conhecimentos afetivos/sentimentais/emocionais polares – por exemplo: sentimentos positivos “Amor” e sentimentos negativos “Raiva” e “Estresse”.</li> <li>• Os Jovens apresentam conhecimentos sobre a Tolerância reflexionados por intermédio do espelhamento da “Intolerância” – por exemplo, “Intolerância à Lactose”.</li> <li>• As representações sociais da Tolerância situam-se inscritas por conhecimentos associados a informações que perpassam o debate da <i>liberdade de pensamento e expressão, direitos fundamentais</i> e das <i>minorias sociais</i> – em destaque: gênero, cor/raça, religião, entre outros.</li> <li>• As representações sociais da Tolerância são amparadas por informações advindas da experiência laboral ou doméstica marcada pela dominação e obediência. Nesse raciocínio, a Tolerância apresenta informações advindas de contextos sociais, acentuadamente marcados pelo conflito.</li> <li>• De forma transversal, as representações sociais da Tolerância emergem figuradas a partir de um processo de personificação do “Sujeito/Ser tido como tolerante”. Portanto, os Jovens trazem à baila atributos como: ser paciente, ser amoroso, ser educado, ser não conflitante/beligerante, entre outros.</li> </ul>                               |
| ATTITUDE               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As relações afetivas e normativas apresentam-se como um dos elementos principais que parametrizam os posicionamentos/as atitudes do que os Jovens delimitam ser uma “ação tolerante”.</li> <li>• As representações sociais da Tolerância, segundo os Jovens, intuem para um posicionamento marcadamente de cunho <i>passivo, apático, de sujeição, de aceitação, de resignação, de subserviência e de outros elementos atrelados à servidão</i>.</li> <li>• Com especial atenção aos dados ofertados a partir da análise prototípica, os Jovens posicionam a Tolerância associada ao <i>não conflito</i> e ao <i>cumprimento do acordo/código</i> estabelecido entre os indivíduos envolvidos em dada relação. Considerando essa última feição atitudinal, verifica-se que, se inicialmente registra-se no possível núcleo central dessa representação um posicionamento de tergiversação no sentido de haver ou não “Limite” à Tolerância, sucessivamente, reunindo os dados alocados tanto no possível núcleo central como na zona periférica, é permitido constatar que os Jovens se posicionam defendendo que a Tolerância é limitada, embora eles não explicitem claramente “como e quando” dá-se tal característica desse objeto no âmbito social.</li> <li>• Os Jovens elaboram representações sociais da Tolerância posicionada segundo a tentativa de reconhecimento social do <i>Alter</i>, bem como no estabelecimento de um diálogo com ele. Não obstante, o versar entre o diálogo e a Tolerância assume a posição de <i>condescendência e mutismo</i>, a qual “aceita” indiscriminadamente dado fato/ocorrência, não de consensualidade e encontro entre <i>Ego-Alter</i> (Habermas, 2003).</li> <li>• Os Jovens organizam representações sociais da Tolerância posicionadas segundo o ato de “suportar”, “aguentar” e “aceitar” “algo” ou “alguém” que lhes causa desprazer. Por esse prisma, a Tolerância é ambientada segundo um posicionamento de <i>mal-estar e sublimação do não querer/não desejoso</i>.</li> </ul> |
| CAMPO REPRESENTACIONAL | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os Jovens hierarquizam as representações sociais da Tolerância considerando a relação <i>Ego-Alter-Contexto</i>. No entanto, identificamos de forma patente que as representações sociais da Tolerância emergem ordenadas, majoritariamente, apoiadas na relação <i>Ego-Alter</i>. Nessa perspectiva, o <i>Contexto</i> não se manifesta como um fator central na moldura da hierarquia da representação social que os Jovens do EMP pesquisados apresentam a respeito da Tolerância.</li> <li>• As representações sociais da Tolerância situam-se matizadas segundo conhecimentos atrelados a aspectos afetivos/sentimentais/emocionais, normas – “Respeitar” – e instituições – em destaque: “Escola”, “Família” e “Igreja”.</li> <li>• Averigua-se por meio da Análise prototípica que os Jovens associam explicitamente a Tolerância às <i>minorias sociais</i> no âmbito da estrutura da Segunda Periferia e na Zona de Contraste – respectivamente os 3.º e 4.º quadrantes, sugestionando que no bojo do campo representacional essa associação, ainda que se faça presente, é memorada pelos Jovens de forma mais tardia e não tão patente.</li> </ul>  |

Fonte: Dados do Autor.

*Análise de Prototípica da Intolerância*

Baseado nas respostas dos 112 Jovens do EMP constata-se que no segundo momento do questionário - orientado pelo estímulo indutor “Para você Intolerância é ...?” - emergiram como elementos simbólicos que possivelmente inscrevem de forma principal as representações sociais da Intolerância de acordo com o agrupamento os termos:

**Quadro 3** - Análise prototípica elaborada a partir do estímulo indutor “Para você Intolerância é ...?” – Escolas Públicas.

|  |   |  |
|--|---|--|
| Freqüência Mínima: 3<br><6.44 Freqüência Intermediária >= 6.44<br><= 3.05 Ordem Média > 3.05 | <b>1.º Quadrante</b><br><b>Possível Núcleo Central</b>  | <b>2.º Quadrante</b><br><b>Primeira Periferia</b>  |
|  | Religião (38; 2.5)<br>Desrespeito (15; 1.5)<br>Preconceito (13; 2.2)<br>Falta de Respeito (10; 1.6)<br>Impaciência (10; 2.7)<br>Ignorância (9; 2.6)<br>Respeito (9; 2.6)<br>Racismo (7; 2.4)  | Lactose (34; 4)<br>Raiva (13; 3.1)<br>Violência (10; 3.2)<br>Trânsito (7; 3.4)<br>Xingamento (7; 3.9)  |
|  | <b>3.º Quadrante</b><br><b>Zona de Constraste</b>   | <b>4.º Quadrante</b><br><b>Primeira Periferia</b>  |
|  | Animais (6; 2.7)<br>Indiferença (6; 2.7)<br>Desigualdade (5; 2.6)<br>Insuportável (5; 3)<br>Pessoas (5; 3)<br>Ódio (4; 3)<br>Comida (4; 3)<br>Desprezo (4; 3)<br><i>Bullying</i> (4; 3)<br>Passado (4; 2)<br>Homossexual (4; 2.5)<br>Falta de amor ao próximo (3; 1.7)<br>Alergia (3; 3)<br>Diferenças (3; 3) | Paciência (6; 3.5)<br>Sexualidade (6; 4)<br>Ser humano (6; 3.7)<br>Discussão (6; 3.7)<br>Briga (5; 3.8)<br>Problema (5; 3.8)<br>Conflito (4; 3.5)<br>Zero (4; 3.5)<br>Ruim (4; 4)<br>Chato (4; 4)<br>Tristeza (4; 4.5)<br>Incompreensão (4; 3.5)<br>Morte (4; 3.5)<br>Leite (3; 5)<br>Educação (3; 3.3)<br>Covardia (3; 4.3)<br>Cor (3; 3.7)<br>Estresse (3; 4.3)<br>Glúten (3; 4.7)<br><i>Gays</i> (3; 4.3)<br>Orientação Sexual (3; 4)<br>Doença (3; 3.7)<br>Agressão (3; 4.3) |

Fonte: Dados de pesquisa processados no software Iramuteq.

O primeiro ponto cardinal identificado a partir da análise prototípica apoia-se no entendimento de que as representações sociais que os Jovens do EMP estabelecem a respeito da Intolerância, majoritariamente, trazem à baila elementos simbólicos inscritos por meio da relação *Ego-Alter*. Por sua vez, o *Contexto* (Moscovici, 2012; Alaya, 2016) registra de forma opaca tal representação, sendo citado de forma explícita o lócus do “Trânsito”, bem como outros termos/elementos simbólicos que ambientariam o contexto em que a Intolerância se manifesta – em destaque contextos caracterizados por “Desrespeito”/“Falta de Respeito”, “Ignorância”, “Discussão”, “Conflito”, entre outros.

Diante dessa ocorrência, a partir de Moscovici (2011) e Doise (2002), é pertinente ressaltar que essa arquitetura simbólica de não, ou debilmente, aludir para os *contextos sociais* em que a Intolerância se manifesta, paralelamente, indica de forma pueril que a Intolerância para dado agrupamento pesquisado, além de grassar no contexto físico/concreto do “Trânsito”, emerge de forma diluída em múltiplos *Contextos* em que se desenvolvem ou se cristalizam o “Desrespeito”/“Falta de Respeito”, “Ignorância”, “Discussão”, “Conflito”, entre outros. Logo, o *Contexto* no qual a Intolerância corporifica-se, segundo os Jovens, é subscrito em conformidade com um conjunto de termos/elementos simbólicos que sugestionam que a Intolerância ocorre de forma fluida no corpo social.

Em adendo, especificamente no tocante à relação *Ego–Alter*, verifica-se que as representações sociais da Intolerância emergem alinhavadas considerando o *Alter* como humano (“Ser humano”/“Pessoas”) e não humano (“Animais”) – ideias e opiniões (Jovchelovitch, 1998). De forma coexistente com essa moldura da relação *Ego–Alter*, identificamos que para os Jovens do EMP alinhavarem simbolicamente a Intolerância, majoritariamente, eles efetuaram um movimento de personificação do “Ser tido como intolerante”. Assim, são trazidos à baila atributos, características e supostos marcadores relacionais que tais Jovens pressupõem figurar no “Ser intolerante”. Nesse raciocínio, comungando com as defesas de estudiosos em representações sociais (Porto, 2006; Lins et al, 2014), possivelmente, podemos salientar que dada ocorrência se deu em face da acentuada plasticidade que se verifica nos estudos axiológicos, sendo mais palpável aos investigados corporificar e personificar dados valores em um *sujeito* ou *coisa* concreta/física – é a partir do encarnação do “Alter Intolerante” que a Intolerância é figurada/delineada por Mim.

Complementarmente, outro ponto cardinal registrado em todas as supostas estruturas (Abric, 1994) que compõem as representações sociais dos Jovens sobre a Intolerância – possível núcleo central, zona periférica e zona de contraste – centra-se na sedimentação de termos/elementos simbólicos que circunscrevem a Intolerância associada à *liberdade de pensamento e expressão*, ao *âmbito da saúde/medicina* e a questões/temas vinculados às *minorias sociais*.

Além de essas associações explicitarem reiteradamente que a urdidura representacional que os Jovens revelam acerca da Intolerância apoia-se em um lastro histórico refratário atinente tanto ao uso do vernáculo “Intolerância” no âmbito da saúde/medicina como também ao desenvolvimento teórico-interpretativo sobre a *liberdade de pensamento e expressão* articulada como a Intolerância, principiada a partir do século XVI – tal qual comentamos –, igualmente essa conformação representacional indica que, quando os Jovens enlaçam a Intolerância às questões/temas ligados às *minorias sociais*, as minorias sociais são matizadas.

Portanto, a partir de um olhar estrutural (Abric, 1999), verificamos que os Jovens, quando vinculam a Intolerância às minorias sociais, referem-se de forma gradiente às minorias sociais ligadas às questões *religiosas, de raça* – núcleo central –, *de gênero* – zona periférica – e *de classe social* – zona de contraste. Nessa linha, destinando maior atenção a esse gradiente, se a citação das *minorias sociais* ligadas às questões religiosas, possivelmente, pode ser explicada em face do largo debate histórico sobre a intolerância religiosa agudizado a partir do século XVI no Ocidente, em outro espectro a citação diminuta e difusa das *minorias sociais* enlaçadas às questões de classe social sugere, como afixam estudiosos (Fernandes, 1975/2015; Souza, 2005; Leite, 1954/2017), traços representacionais desenvolvidos a partir de uma estrutura social firmada por um prisma que de maneira velada nega ou minimiza a existência social da Intolerância às pessoas ou segmentos sociais pertencentes a classes sociais mais baixas.

Ainda no âmago dessa matização das *minorias sociais* as quais os Jovens representam associadas à Intolerância, há de sublinhar que, no tocante aos nichos intermediários de *minorias sociais* – *raça e gênero* – mencionadas, constatamos em um primeiro plano que há um relevante reconhecimento da Intolerância vinculada à raça, bem como existe, de forma translúcida, a menção ao racismo como uma das feições da Intolerância. Nessa lógica, ainda de que forma prematura, é possível indicarmos que a ocorrência do reconhecimento de que a Intolerância por vezes manifesta-se contra as minorias sociais de cunho *racial*, transversalmente, explicita um importante movimento de ruptura do pensamento social brasileiro, haja vista que se popularizou no curso do século XX o mito de que, diante da miscigenação social propalada no processo de colonização e das imigrações, o Brasil seria uma “democracia racial” (Freyre, 1933/2006; 1936/2013)<sup>18</sup>, bem como o homem brasileiro seria “cordial” (Holanda, 1936/2012, p. 1) e pacífico. Dessarte, fenômenos sociais como a Intolerância, o preconceito e o racismo não grassariam em nossa sociedade, mitos esses amplamente refutados (Leite, 1954/2017; Fernandes, 2015; Souza, 2000; Chauí,

---

<sup>18</sup> Para melhor esclarecimento: “A ‘democracia racial’, no Brasil, foi mais um mito que uma realidade, ainda que o poder desse mito fosse significativo. A imagem de tolerância e de mobilidade social encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto. [...] [...] foi o ‘maior inimigo’ e o impedimento para a formação da identidade e da mobilização” (Marx, 1996, p. 161-164).

2017), mas que, ainda hoje, por vezes, são ecoados em comentários e interpretações sociais que encontram ouvidos pouco esclarecidos e reacionários para anuir a eles.

Por sua vez, em um segundo plano, no tocante à associação da Intolerância às *minorias sociais de gênero*, é possível salientarmos que esse dado sinaliza que as questões e temas sobre gênero se encontram em processo de condensação das representações sociais que os Jovens detêm sobre a Intolerância, porquanto os termos/elementos simbólicos que perfazem dado nicho de *minorias social* aglutinam-se tanto na Segunda Periferia quanto na Zona de Contraste (Abric, 1999). Logo, não se tratando de uma esfera social nova, sobre o debate acerca da Intolerância às minorias sociais de gênero é pertinente pontuarmos, a partir de Touraine (1994; 2005; 2016) e de Bauman (2014), que esse registro possivelmente deu-se majoritariamente a partir de uma conjuntura social de lutas nacionais e internacionais em prol da igualdade de gênero que vagarosamente vem permitindo que o reconhecimento das violências e da intolerância às minorias sociais de gênero seja mais visibilizado e ganhe simbolicamente mais destaque na tessitura do debate público em nossas sociedades.

Por fim, o último ponto cardinal centra-se no fato de que os Jovens manifestam elementos representacionais que sugestionam que a Intolerância é um fenômeno social nocivo para as relações sociais e para a sociedade. Além de esse registro indicar que as representações sociais de tal agrupamento sobre a Intolerância possivelmente são inscritas e circunscritas por uma *dimensão atitudinal* (Moscovici, 2012) marcada por um posicionamento de rechaço, ojeriza e reprimenda diante da Intolerância, igualmente é acompanhado de um conjunto de termos/elementos simbólicos que emolduram a Intolerância, conforme aspectos oriundos dos *sentimentos, da emoção e das relações afetivas* – “Raiva”; “Tristeza”; “Estresse”; “Ódio”; “Falta de Amor ao próximo”.

Nesse sentido, pode-se observar a interconexão da *dimensão atitudinal* com os elementos simbólicos advindos da *emoção/das relações afetivas/dos sentimentos*, haja vista que os termos/elementos simbólicos de cunho afetivo dialogicamente se revelam como produtos e produtores das atitudes em que os Jovens indicam a Intolerância.

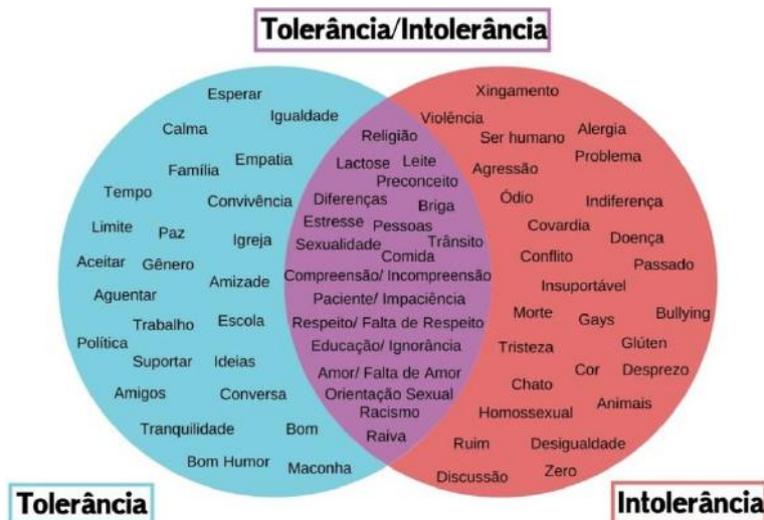
Ao fim e ao cabo, empregando a óptica dos estudos dialógicos em representações sociais (Marková, 2006, 2017), brevemente, intercruzando todos os termos/elementos simbólicos salientados nas análises prototípicas<sup>19</sup> das possíveis representações sociais que os Jovens do EMP apresentam sobre a *Tolerância*, bem como da *Intolerância*, verificamos que, segundo o grupo investigado, ambos os objetos representacionais estudados gozam de elementos simbólicos *próprios* – idiossincráticos – para composição de suas representações sociais, como igualmente partilham de um amplo conjunto de termos/elementos simbólicos *comuns* constituintes da antinomia *Tolerância/Intolerância*.

Ilustrativamente, sintetiza a Figura 5, ao cruzarmos e contrastarmos os dados registrados dos Quadros 1 e 3, é possível contemplarmos os termos/elementos simbólicos que se perfilam *exclusivamente* nas possíveis representações sociais da Tolerância – esfera em azul –, da Intolerância – esfera em vermelho – e *comuns* da Tolerância/Intolerância – intersecção em roxo – para dado agrupamento.

---

<sup>19</sup> Conferir Quadros 1 e 3.

**Figura 2** - Elementos simbólicos *exclusivos* das possíveis representações sociais da Tolerância e da Intolerância e *comuns* da antinomia *Tolerância/Intolerância*.



Fonte: Dados do Autor.

De forma breve, diante dessa Figura 5, descritivamente averiguamos que, no tocante ao quantitativo de termos/elementos simbólicos que os Jovens apresentam de forma *exclusiva* à Tolerância e à Intolerância, há uma simetria próxima da quantia – Tolerância (25) e Intolerância (27). Portanto, contrapõe-se ao estudo exploratório anteriormente efetuado por nós (Santos, 2017), o qual indicava que historicamente se sedimentavam socialmente, segundo os dicionários da língua portuguesa, mais elementos simbólicos sobre a Intolerância do que a respeito da Tolerância.

Por outro lado, novamente, verifica-se de modo concêntrico que, nos termos/elementos simbólicos idiossincráticos que esses Jovens apresentam sobre a Tolerância e a Intolerância, ficam patentes conteúdos/conhecimentos que tateiam a *liberdade de pensamento e expressão, as minorias sociais e os direitos fundamentais*, consequentemente indicando possíveis esferas/segmentos comuns.

Por seu turno, no que concerne à interseção dos termos/elementos simbólicos que inscrevem a antinomia *Tolerância/Intolerância*, descritivamente, averiguamos quantitativamente o registro de 19 elementos simbólicos, enlaçados de maneira transversal sobre as esferas da *liberdade de pensamento e expressão, as minorias sociais e os direitos fundamentais*, mas, igualmente, sendo trazidos à colação termos/elementos simbólicos inscritos pela dialogicidade. Dessarte, na antinomia *Tolerância/Intolerância* abrigam-se termos binomiais como: “Compreensão/Incompreensão”; “Paciência/Impaciência”; “Respeito/Falta de Respeito”, entre outros.

Por último, conforme comentado, embora a antinomia *Tolerância/Intolerância* apresente termos/elementos simbólicos *comuns*, por vezes eles estruturalmente (Abric, 1999) se dispõem de maneira distinta, ou seja, embora a *Tolerância/Intolerância* detenha de forma *comum* o termo/elemento simbólico “Racismo”, este se encontra registrado na zona de contraste nas representações sociais da Tolerância e no possível núcleo central das representações sociais da Intolerância, logo, indica que, mesmo que tal termo seja comum à inscrição do binômio *Tolerância/Intolerância*, ele é estruturalmente polimorfo<sup>20</sup>. De modo complementar, ainda nesse âmbito analítico, constatamos, a partir do cruzamento estrutural dos termos/elementos simbólicos *citados de forma comum e harmonicamente registrados/aglutinados nos possíveis núcleos centrais* das representações sociais, que os Jovens do EMP apresentam sobre a *Tolerância* e a *Intolerância* que, possivelmente,

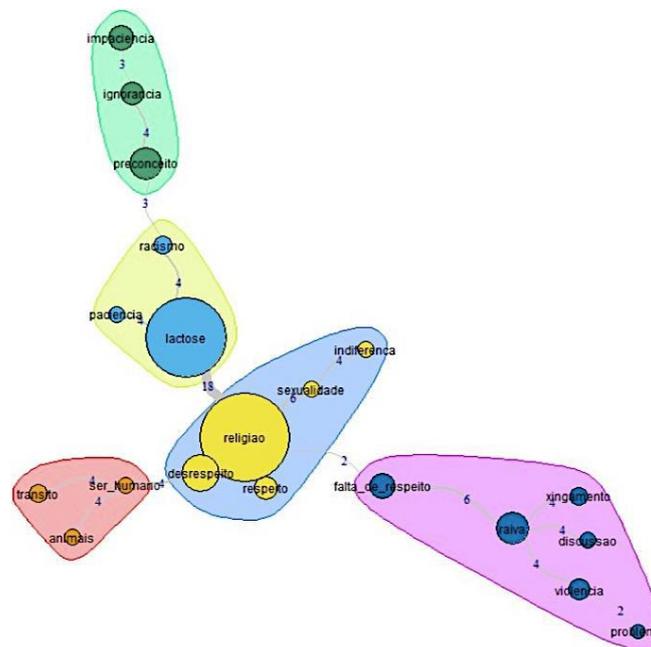
<sup>20</sup> Para verificação da disposição dos 19 termos/elementos simbólicos comuns à antinomia *Tolerância/Intolerância*, conferir Apêndice 16.

a antinomia *Tolerância/Intolerância* tem como termos/elementos simbólicos mais fortes/marcantes (Abric, 1999): “Educação/Ignorância”, “Paciente/Impaciente”, “Religião” e “Respeito/Falta de Respeito”.

### Análise de Similitude da Intolerância

Seguidamente, por meio da análise de similitude, é possível constatar os sinais de como a estrutura cognitiva das representações sociais da Intolerância se organizam para os Jovens (Abric, 1994; Campos, Rouquette, 2003). Nessa lógica, por intermédio do processamento do *software* IRaMuTeQ (versão 2014), a Figura 6 ilustra as 18 palavras mais evocadas pelos investigados ao meditar acerca da Intolerância:

**Figura 3** - Análise de similitude gerada pelo *software* Iramuteq a partir da lista de evocações.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base em Sá (1994), Guimelli e Moliner (2015), é possível deprendermos que na supracitada Figura 5 organizam-se cinco “famílias de palavras” que traduzem a possível estrutura cognitiva das representações sociais que os Jovens revelam sobre a Intolerância, emergindo, assim, termos/elementos simbólicos cardinais como “Religião”, “Lactose”, “Falta de Respeito”, “Ser humano” e “Preconceito”.

No tocante à primeira família de palavras – em azul –, identificamos que o termo/elemento simbólico “Religião” assume uma centralidade na composição das demais associações que certos Jovens apresentam acerca da Intolerância. Portanto, a Religião coliga-se com a “Sexualidade”, a “Indiferença”, o “Desrespeito” e o “Respeito”, sugerindo, portanto, mais uma vez, que a Intolerância para dado agrupamento encontra-se urdida simbolicamente pelo lastro *histórico dos conflitos que perpassam a intolerância religiosa* em que o desrespeito e a falta de respeito às crenças alheias assumem uma presença marcante na composição figurativa da Intolerância, assim como a Intolerância imagetivamente é organizada perante os *conflitos sociais gerados em virtude das normas, dos valores e das múltiplas moralidades religiosas* impostos ao coletivo ao prescreverem e determinarem questões atinentes à sexualidade.

Nessa linha, é interessante apontarmos que a associação da “Religião/Intolerância” deixa transparecer que possivelmente, segundo esses Jovens, a *Religião* ora sofre a Intolerância ao ter cerceada o pleno exercício da liberdade de

credo no espaço público, ora ela produz elementos sociais (*cânones; valores; normas; elementos morais*) que permitem potencializar a Intolerância – “Indiferença”, ou seja, a *Religião* para esses Jovens constitui-se como uma esfera/nicho social que é tanto vítima da Intolerância quanto algoz da ação/prática intolerante.

Por seu turno, no que concerne à segunda família de palavras – em rosa –, averiguamos de forma cardinal o registro do termo/elemento simbólico “Falta de Respeito”, sugestionando mais uma vez que, conforme os Jovens estudados, a Intolerância é associada à *forma/maneira* de trato ao *Alter*. Nesse sentido, é coligada à “Falta de Respeito”, à “Raiva”, ao “Xingamento”, à “Discussão”, à “Violência” e ao “Problema”. De modo subjacente a esse apontamento, complementarmente, denota-se que em dada família de palavras o termo/elemento simbólico que enlaça/“faz a ponte” entre a “Falta de Respeito” e os demais termos/elementos simbólicos é a “Raiva”, reiterando, assim, o indicativo de que as representações sociais da Intolerância para certos Jovens gozam de uma tessitura simbólica engendrada por emoções/sentimentos. Por outro lado, essa Análise de Similitude mostra que, quando a Intolerância se vincula com a “Violência”, imediatamente esse último termo/elemento simbólico é ambientado como um “Problema”. Logo, sinaliza-se que o grupo pesquisado possivelmente reconhece que a Intolerância se organiza como um impasse de cunho negativo – *quiproquó* – que, por conseguinte, pode descambar/nutrir o fenômeno da violência.

Seguidamente, no que tange à terceira família de palavras – vermelho –, constatamos o registro de termos/elementos simbólicos em que há a personificação dos agentes que sofrem ou executam a Intolerância – “Ser humano” e “Animais” –, bem como são indicados os contextos em que dado fenômeno/ocorrência por vezes é manifestado – “Trânsito”. De forma ampliada, é oportuno sublinhar que o “Ser humano” se organiza nessa terceira família de palavras como um marcador fundamental que interliga tanto os demais termos/elementos simbólicos pertencentes a ela quanto a primeira família de palavras – em azul. Portanto, possivelmente, o termo “Ser humano” assenta-se na estrutura cognitiva das representações sociais da Intolerância para os Jovens como um dos agentes/sujeitos centralmente memorados.

No que concerne à quarta família de palavras – amarelo –, nota-se que possivelmente na estrutura cognitiva da representação social que os Jovens apresentam sobre a Intolerância figuram termos/elementos simbólicos advindos da esfera da saúde/medicina – “Lactose” –, bem como temas atinentes às violências perpetradas às minorias sociais – “Racismo” – e a comportamentos – “Paciência”. Por esse prisma, é importante grifar que a Intolerância goza de uma plasticidade simbólica que abarca tanto termos/elementos simbólicos oriundos do arcabouço da saúde/medicina quanto da seara das problemáticas sociais coligadas às minorias sociais.

Por fim, de forma enlaçada ao termo/elemento simbólico “Racismo” registrado nessa última família de palavras comentada, a quinta e última família de palavras – verde claro – demonstra que possivelmente se assentam na estrutura cognitiva das representações sociais dos Jovens sobre a Intolerância termos/elementos simbólicos como o “Preconceito”, a “Ignorância” e a “Impaciência”. Diante desses termos, é oportuno ratificarmos que possivelmente para dado agrupamento a Intolerância, ao manifestar-se como preconceito, paralelamente, é igualmente circunscrita por elementos como ignorância e impaciência que apartam/segregam/diferenciam o *Alter* de forma nociva.

Enfim, considerando a consistência dos dados apresentados e interpretados no curso da análise prototípica e de similitude da Intolerância, em alinhavo de oclusão, verifica-se por intermédio do prisma dimensional (Moscovici, 2012) que as representações sociais dos Jovens do EMP estudados sobre a Intolerância, acentuadamente, possuem como pontos cardinais:

**Quadro 4 - Síntese dimensional das possíveis representações sociais da Intolerância para Jovens do EMP.**

| DIMENSÕES              | PONTOS CARDINAIS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INTOLERÂNCIA PARA JOVENS DO EMP  |
|------------------------|---|
| INFORMAÇÃO             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As representações sociais da Intolerância são urdidas por um conjunto de conhecimentos advindos de um lastro histórico da composição desse fenômeno social no Ocidente. Com esse pensamento, a Intolerância é revestida por informações atinentes aos ideais e pautas da <i>filosofia contratualista do Estado Moderno</i> – por exemplo: liberdade de pensamento e expressão, direitos fundamentais e liberdade religiosa – e a seara da <i>saúde/medicina</i> – por exemplo: “Intolerância à Lactose”.</li> <li>• As representações sociais da Intolerância são inscritas e circunscritas por conhecimentos que enlaçam informações vinculadas ao debate da <i>liberdade de pensamento e expressão</i> – opiniões, ideias e crenças –, <i>direitos fundamentais</i> e das <i>minorias sociais</i> – em notoriedade: religião, orientação sexual, gênero, cor/raça, cultural, entre outros.</li> <li>• As representações sociais da Intolerância são tecidas por conhecimentos oriundos das <i>experiências cotidianas atribuídas como conflitantes situadas no contexto</i> (Moscovici, 2012; Alaya, 2016): do “Trânsito”, da “Escola”, do “Espaço Público”, do <i>seio familiar</i> e <i>inscritas por relações sociais de amizade</i>. Ainda no tocante às informações da representação social da Intolerância, moldurando os contextos de sua manifestação, os Jovens indicam que dado fenômeno social emerge de forma pueril/polimorfa em <i>contextos sociais</i> compostos por uma ambientação/clima caracterizado pela <i>discórdia, raiva, desrespeito, falta de amor ao próximo, antagonismo e de ignorância</i>.</li> <li>• As representações sociais da Intolerância albergam conhecimentos embebidos da experiência conflitante que compõe a relação <i>Ego–Alter</i>. Desse modo, é salientado um conjunto de conteúdos oriundos das relações afetivas, dos sentimentos e das emoções. Portanto, a Intolerância nesse agrupamento figura associada a sentimentos e emoções negativas – por exemplo: “Raiva”, “Ódio”, “Desprezo”, “Estresse”, “Falta de Amor”, “Incompreensão”, entre outros.</li> <li>• As representações sociais da Intolerância são urdidas por conhecimentos que aproximam esse fenômeno social das violências (Galtung, 1994). Assim, os Jovens, repetidamente, associam a Intolerância ao <i>preconceito, à discriminação, ao racismo e ao não reconhecimento do Alter</i>.</li> </ul> |
| ATTITUDE               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conforme os Jovens, as representações sociais da Intolerância intuem um posicionamento caracterizado por uma <i>ação/comportamento</i> explosivo, abrupto, desalinhado, não refletido, não racional, maldoso e perfumado pela não compreensão do Alter (“Diferente”).</li> <li>• As representações sociais da Intolerância são figuradas segundo um posicionamento de reprimenda, negação e reconhecimento da nocividade de sua manifestação tanto nas relações sociais quanto na constituição societal. Imputam à Intolerância as marcas do “Problema” e de “Algo ruim”. Assim, os Jovens se posicionam perante esse fenômeno social sublinhando que a Intolerância cerceia a <i>liberdade de pensamento e expressão, firma-se como um dos insumos sociais para dilapidar os direitos fundamentais</i> e, especialmente, <i>violentar as minorias sociais</i>.</li> <li>• Parcela dos Jovens pesquisados indicou representar socialmente a Intolerância, por um prisma social de já ter sofrido e vivenciado dado fenômeno social – apresentam experiência concreta do fato. Portanto, verifica-se que os Jovens se posicionam diante da Intolerância trazendo à baila indicativos de relações sociais compostas por mal-estar, desgosto e descontentamento – a Intolerância é “Chata” e traz “Tristeza”.</li> <li>• Os Jovens edificaram uma representação social da Intolerância posicionada em conformidade com o Alter “intolerante”, ou seja, a Intolerância é posicionada não segundo a possibilidade de o Sujeito que a avalia incorrer ou já ter efetuado em dado momento no mesmo ato tido como intolerante, mas, majoritariamente, da perspectiva de que é quase sempre o Alter que é o “intolerante”. Por sua vez, o Sujeito, quando é posicionado na urdidura da representação da Intolerância, é tomado como <i>vítima/agente que sofre</i>; possivelmente, há nessa perspectiva o que Habermas (2013) sinaliza como um escamoteamento da óptica do Sujeito como partícipe da <i>perpetração da Intolerância e das demais violências sociais</i>.</li> </ul>   |
| CAMPO REPRESENTACIONAL | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os Jovens hierarquizam os elementos simbólicos constitutivos das representações sociais da Intolerância levando em consideração a relação conflitante do <i>Ego–Alter–Contexto</i>. Todavia, observamos de maneira marcante que as representações sociais da Intolerância emergem apoiadas na relação <i>Ego–Alter</i>.</li> <li>• As representações sociais da Intolerância situam-se em um gradiente que inicialmente alude para a <i>intolerância religiosa</i>, seguidamente a <i>intolerância sexual</i> e de <i>gênero</i>, sucessivamente, a <i>intolerância racial</i> e, por fim, a <i>intolerância a classes sociais/estamentos</i>.</li> <li>• Os elementos simbólicos das representações sociais da Intolerância são hierarquizados pelos Jovens por intermédio da <i>personificação</i> do “Ser tido como Intolerante”, ou seja, os Jovens aglutinam os elementos simbólicos para comporem/delinearem a Intolerância por meio da <i>corporificação/materialização</i> do Alter atribuído como intolerante (Porto, 2006; Lins et al, 2014).</li> <li>• Elementos simbólicos como <i>Religião</i>, atrelados a <i>saúde/medicina</i> – “Leite”; “Lactose”; “Comida” –, associados à ausência do <i>respeito/reconhecimento, sexualidade</i> e a contextos sociais enraizados no <i>espaço público</i> – “Trânsito”; “Metrô”; “Ônibus” – figuram como elementos que auxiliam a categorizar e a delinear as representações sociais da Intolerância para os Jovens.</li> </ul>   |

Fonte: Dados dos pesquisadores.

## 2ª Etapa – Resultados do Estudo de Aprofundamento

No tocante aos *resultados gerais* encontrados nesta segunda etapa da investigação, averiguamos que os Jovens do EMP pesquisados, ao meditarem a respeito de seis cenários projetivos que abordavam situações conflitivas sobre a Tolerância/Intolerância vinculadas a *Liberdade de Pensamento e Expressão, Direitos Fundamentais e Minorias Sociais*, sublinharam três pontos centrais.

No que diz respeito ao primeiro ponto central, constatamos que todos os participantes assinalaram *ser tolerantes* e, em eventuais situações, *intolerantes*. Nesse raciocínio, denota-se que esse registro amplia os dados até então encontrados, uma vez que, se na primeira etapa do estudo recorrentemente esse agrupamento indicava que o Alter era figurado como “Ser intolerante” e Ego como “Ser tolerante”, nessa segunda etapa do estudo, eles, apesar de, preponderantemente, avaliarem-se como tolerantes, registraram que são tolerantes ou intolerantes a depender das circunstâncias.

Portanto, parece-nos que para esse agrupamento, a circunstância, a situação e a conjuntura erguem-se como elementos que molduram e modulam a postura/a conduta do Sujeito ser tolerante ou intolerante. Por outro lado, pela óptica dos estudos psicossociais (Moscovici, 2011; Doise, 2002), outra conclusão passiva reside no fato de que, além de o Contexto urdir a constituição das representações sociais da Tolerância/Intolerância, igualmente, esse agrupamento revela traços de uma subjetividade fiada por uma relação dialógica fluida e porosa entre a realidade material e simbólica, podendo ou não desencadear uma ação intolerante ou tolerante. Portanto, ainda que a circunstância componha a constituição do Ser e da ação tolerante ou intolerante, essa não é uma determinante. São evidenciadas, portanto, as circunstâncias como um dos pontos centrais a serem observados na tessitura representacional da Tolerância/Intolerância.

Como ilustra o fragmento a seguir<sup>21</sup>:

*PESQUISADOR 01 – A primeira questão é: você se considera tolerante?*

*TODOS – Sim*

*SONIA – Eu acho que depende da situação.*

*PESQUISADOR 01 – Fala mais um pouquinho para mim por que depende da situação?*

*SONIA – Porque tem determinadas coisas que acontece que a gente fica muito indignado, então é difícil ser tolerante, principalmente coisas que já vem acontecendo a muito muito tempo, sempre se repetindo, é difícil você tolerar se aquilo, se já falou que não gosta daquilo, não concorda com aquilo e continua acontecendo.*

*PESQUISADOR 01 – A penúltima pergunta pessoal. Vocês se consideram intolerantes?*

*LEONARDO – As vezes eu demoro para entender algo e acabo sendo intolerante. Só que depois de algum tempo que eu fico refletindo e pá começo a ficar tolerante (grifos nossos).*

De modo simultâneo a esse achado geral, quando demandamos dos Jovens exemplos de tolerância e intolerância, eles somente citaram exemplos de intolerância, os quais gravitavam em torno das tradicionais esferas (Walzer, 1999; Bobbio, 2011; Cardoso, 2003): *religiosa, cultural, sexual, gênero e normativa*. Como ilustra o extrato:

*PESQUISADOR 02 – Teve alguma situação? Um exemplo?*

*MARIA – Eu era muito intolerante com as religiões do candomblé e da umbanda, eu achava que era coisa do demônio, até conhecer, então quando eu conheci e vi que não era o que as pessoas falavam, aí eu mudei de opinião.*

*LEONARDO – Isso aí é verdade, tipo assim eu fui criado numa casa de religiosos que falavam que HIPHOP era coisa de bandido, até então eu achava que realmente era, até não conhecer a cultura. Depois que eu conheci a cultura foi que eu melhorei de tudo sabe? Comecei a respeitar as pessoas que são da classe LGBT, todo mundo sabe ser respeitado e isso me ajudou muito depois que eu comecei a conhecer a cultura do HIPHOP. E é isso.*

*JONAS – Às vezes eu sou intolerante quando alguém diz assim que eu fiz algo errado. Assim que aquilo esta certo, mas do ponto de vista da pessoa esta errado e ela não consegue compreender o que eu fiz ali naquele momento. Aí a partir daquele momento vem à discordância.*

*PESQUISADOR 01 – E quando vocês são tolerantes? Algum exemplo? Alguma situação?*

*(SILÊNCIO)*

Baseando-se nessa ocorrência, observa-se que, em simetria com os dados produzidos e interpretados no estudo exploratório,<sup>22</sup> esses Jovens apresentam um repertório simbólico que possivelmente não abarca elementos de identificação de como se manifesta a Tolerância em sua cotidianidade. Além disso, eles não conseguiram ao menos estabelecer um raciocínio analógico em que se exemplificava a Tolerância a partir da negação de uma ocorrência/exemplo de Intolerância.

Consequentemente, ao somarmos essas ocorrências registradas tanto no estudo exploratório como no estudo de aprofundamento, confirma-se que, por vezes, a Tolerância para parcela desse agrupamento se desdobra como uma “palavra oca” (Freire, 2006, p. 76) que, apesar de o agrupamento “falar sobre” e “atribuírem-se serem tolerantes”, a Tolerância, como objeto, é representada apartada de sua presencialidade/experiência no dia a dia.

---

<sup>21</sup> Todos os nomes que se seguem são fictícios a fim de assegurar o sigilo e a confidencialidade dos participantes.

<sup>22</sup> No estudo exploratório foi verificado que, dos 112 Jovens do EMP investigados, 23% indicavam nunca ter presenciado a Tolerância e, consequentemente, não sabiam apresentar um exemplo cotidiano da ocorrência da Tolerância.

Aprofundando esse dado, constata-se igualmente que, não obstante esses Jovens não mencionarem situações de Tolerância, eles apresentaram múltiplos exemplos de Intolerância, registro que, conforme já salientamos (Santos, 2017), possivelmente pode ser justificado pela opulência do fenômeno da intolerância no lastro histórico da humanidade, bem como pela recorrente divulgação e difusão de intolerâncias no espaço público (Bauman; Donkis, 2014). Acompanhando essa interpretação e em comunhão com o olhar de Walzer (1999) e Jares (2007), provavelmente o apontamento das citadas intolerâncias (de cunho religioso, cultural, sexual, gênero e normativo) encontra-se enraizado também na experiência cotidiana desses Jovens em uma coletividade marcada por uma cultura beligerante que, de modo silencioso, reforça muito mais a violência e a intolerância do que a construção contínua da paz e da tolerância entre os agentes sociais.

O segundo ponto central encontrado no Estudo de aprofundamento indica que todos os pesquisados avaliam o Brasil como um país majoritariamente intolerante. Conforme o agrupamento, atualmente, há no Brasil a instalação de uma sociedade estressada que motiva o desenvolvimento individual e coletivo de comportamentos de intolerância, bem como verifica-se um “esvaziamento do diálogo” (JARES, 2007, p. 57), no qual a relação Ego–Alter é fiada por um diálogo eivado de violências/dissenso. Como demonstra o fragmento:

*PESQUISADOR 01 – Vocês acham que o Brasil hoje ele é mais tolerante ou intolerante?*

*TODOS – Intolerante.*

*LEONARDO – Eu acho que é 30% tolerante e 70% intolerante.*

*JONAS – Eu acho que também intolerante por que hoje a sociedade não consegue mais se comunicar como antes.*

*MARIA – Não consegue mais ter um debate sem briga.*

*JONAS – É por exemplo, não consegue mais ter um dilema, não consegue mais se comunicar como antes. Em um bom dia, tem gente que não gosta que demos um bom dia para ela. Muita gente que acorda sem paciência, acorda atordoada amanhã tenho que trabalhar, aquele chefe chato, ai você passa e fala bom dia vizinha e ela não tolera nem um bom dia.*

*MARIA – Eu acho que as pessoas reclamam muito de barriga cheia. Reclama do trabalho, reclamam da comida, mas tem gente que não tem nada comer e todos os debates de religião e política geram em brigas, as pessoas não levam as opiniões como opiniões construtivas (grifos nossos).*

Perante esse fragmento, observa-se que, para além de esse dado reiterar que para o referido agrupamento a intolerância é marcada por elementos atinentes à esfera do *sensível* (afetividade, emoções e sentimentos), tal como já fora sublinhado, nota-se que esses Jovens avaliam criticamente que o diálogo no Brasil não está morto, mas, sim, em processo de morte. Esse processo, na ótica deles, tem ofertado insumos para a constituição de uma sociedade intolerante. Assim, a partir dos estudos de Schwarcz (2019), nota-se que, apesar de o lastro histórico autoritário brasileiro ter produzido um diálogo caracterizado por um encontro entre Ego e o Alter, em que as relações de poder, de dominação e de violência assumem uma preponderância, atualmente, em especial em razão do recrudescimento da polarização política e do agravamento das desigualdades sociais, em que são escancarados os traços raciais, de gênero e de classe social, esse encontro entre Ego–Alter foi reconfigurado para entre *Eu e os Meus* e *Eles e os Seus*.

Concordando com a análise de Schwarcz (2019), o declive do diálogo no Brasil é marcado pela restrição da escuta, da impossibilidade de estabelecer consensos, das conciliações, da partilha de saberes e, especialmente, de reconhecer o pensamento divergente como diferente, não como algo a ser execrado/exterminado. Nessa linha, a potencialidade de o diálogo promover o encontro entre as partes é esfacelada em um silencioso apartamento social no qual *Eu somente dialogo com os Meus*. O argumento contrário, a crença diferente e as justificativas produzidas pelo Alter perante suas contingências não são capazes de afetar o Sujeito de modo a eliciar uma ação social de tolerância e compreensão, mas, sim, de cólera/intolerância.

Nessa linha, retornando ao fragmento destacado, o apontamento dos Jovens ao reconhecerem a existência de que há no Brasil um retrocesso do diálogo, paralelamente, indica que, para eles, dado fenômeno situa a sociedade e potencializa a perduração das mais diversas formas e modos de intolerância.

Paradoxalmente, depreende-se que os Jovens, ao meditem a respeito dos cenários projetivos em que figuravam situações conflitivas de Tolerância/Intolerância, mencionaram, recorrentemente, como uma das estratégias de ação e intervenção em dadas situações a relevância de o Sujeito tentar estabelecer um diálogo com a outra parte. Portanto, apesar de o agrupamento salientar que a intolerância no Brasil decorre, entre os fatores, da instalação de um diálogo nomeadamente beligerante, eles ainda continuam a defender o diálogo como uma ferramenta social para instaurar a Tolerância, dirimir a Intolerância e terminar com o litígio.

Logo, de forma sintética, esse registro, além de indicar que os Jovens apresentam um posicionamento pacifista, no qual é defendido – ao menos no plano do discurso/da ideia – o diálogo, em vez da força e da violência, como estratégia de ação na contraposição ao Alter, de modo transversal, igualmente é possível depreendermos que, ao planejarmos e ponderarmos uma EPP para esse público, é fundamentalmente urgente objetivarmos desenvolver outras estratégias de ação que permitam coibir a Intolerância e as violências, pois, como lembram estudiosos (Walzer, 1999; Cardoso, 2003; Passetti, 2005), historicamente, o apreço e a efetivação do diálogo não têm sido capazes de impedir o pulular opulento das violências/das intolerâncias nos cotidianos sociais.

Por fim, o último ponto central encontrado no estudo de aprofundamento perpassa as atitudes/os posicionamentos gerais manifestados pelos Jovens ao meditem a respeito de conflitos atinentes à Tolerância/Intolerância figurados nos cenários projetivos. De maneira sumarizada constatamos que os Jovens:

- Assumiram uma postura ativa, de enfrentamento e contraposição a todas as situações conflitivas de Tolerância/Intolerância relatadas nos cenários projetivos.
- Salientaram a importância de ser estabelecido um diálogo em prol de tentar dirimir os conflitos perfilados nos cenários projetivos.
- Reiteraram que as ações sociais de contraposição à intolerância encontram-se embebidas de elementos advindos da esfera do sensível – afetividade, emoções e sentimentos.
- Mencionaram a valia das instituições sociais como agências de mediação das situações de conflitos retratados nos cenários projetivos.

No que tange à primeira atitude/posicionamento, averiguamos que, à medida que os Jovens avaliaram os cenários projetivos embebidos de situações conflitivas intolerantes, injustas e consideradas erradas, realçou-se a importância de uma postura combativa, de enfrentamento e de justaposição em todas as situações. Desse modo, em uma primeira análise, constatamos que, distinto dos dados produzidos e interpretados no estudo exploratório, no estudo de aprofundamento, os Jovens enfatizaram que a Tolerância não obrigatoriamente encontra-se vinculada a uma ação social passiva de “suportar”, “aceitar”, “aguentar” e “condescender” com dada ocorrência, mas, também, perpassa por uma postura/uma conduta social de contraposição à Intolerância.

Portanto, tendo em vista o teor conflitivo inscrito em todos os cenários projetivos, sucessivamente, é possível depreendermos que os Jovens não tolerariam de modo servil/conformado situações conflitivas atreladas à restrição da *liberdade de pensamento e expressão*, ao vilipêndio dos *direitos fundamentais* e que maculassem as *minorias sociais*. Consequentemente, contrastando os dados produzidos no estudo exploratório com os dados advindos do estudo de aprofundamento, identificamos que, por vezes, a Tolerância para esse agrupamento assume representações fluidas, pueris e imprecisas, uma vez que ora dado objeto representacional pressupõe uma ação social *passiva* e de *evasão/escapismo do conflito*, ora, a depender da situação/circunstância, uma ação social *ativa/interventiva* e de *tensão do conflito*.

Por sua vez, apesar dessa imprecisão, há de ressaltar que o registro da coligação representacional da Tolerância a uma ação social ativa permite-nos identificar, à luz dos estudos irenistas, que esses Jovens apresentam um repertório simbólico carregado de rudimentos de um empoderamento pacifista (Muñoz, 2001; Guzmán, 2005), isto é, os Jovens concebem o Sujeito como um agente social corresponsável pelo Alter e pela transformação não violenta e pacífica do Contexto. Assim, essa

postura ativa que envolve a não tolerância em situações avaliadas como de Intolerância perpassa a não omissão/a não negligência/o não compromisso do Sujeito com a dor/sofrimento do Alter.

Aprofundando esse olhar irenista, como salienta Levinas (1993), apresenta-se uma relação social em que o Sujeito não é fiado de forma isolada, mas em uma inter-relação com o Alter e com o contexto que os inscrevem. Nessa lógica, o conflito não é circunscrito a uma lógica maniqueísta de ser bom ou ruim, mas a um fenômeno social que comumente desdobra-se na cotidianidade e, como tal, cabe ao Sujeito e à coletividade abarcá-lo de forma pacífica, não violenta e visando manejá-lo em prol de desenvolver/construir consensos (Jares, 2007; Maldonado, 1997). Com esse pensamento, em concordância com Bajaj (2015) e Muñoz (2001), nota-se que, para esse agrupamento tencionar o conflito, surge a possibilidade de tentar dirimi-lo e de produzir um encontro pacífico entre Ego–Alter.

Por seu turno, a segunda atitude/posicionamento manifestado pelos Jovens vem no sentido da importância de se estabelecer um diálogo em benefício de tentar dirimir os conflitos perfilados nos cenários projetivos. Uma vez que esse dado já fora comentado, de modo sintético constatamos que o diálogo sublinhado pelos Jovens figurou-se como uma *ferramenta social* ou *estratégia de ação* para tentar resolver o conflito e revelou as feições de *dissuadir, esclarecer e sensibilizar/comover o Alter*.

No tocante ao diálogo como estratégia de ação com feições de tentar *dissuadir* o Alter, identificamos que, em todos os cenários projetivos em que os Jovens interpretavam as situações como de intolerância, para eles o diálogo guardaria o potencial de demover e modificar a ação social intolerante do Alter. De forma paralela, o diálogo é citado como uma ferramenta social que esmaece a situação conflitante e azeita a relação Ego–Alter intolerante. Não obstante, esse diálogo dissuasivo não é confundido com um diálogo de contemporização/transigência ao fato/ocorrência avaliado como de intolerância/injustiça, uma vez que os Jovens explicitamente se posicionam a favor do personagem/ agente que fora maculado nos cenários e sublinham que recorrer ao diálogo – dissuasivo – tem como interesse reorientar, desestimular e dobrar a conduta/pensamento do Alter intolerante.

No que concerne ao diálogo com feições de tentativa de *esclarecer* o Alter intolerante, observa-se que, tal qual registrado no estudo exploratório, novamente o agrupamento sublinhou que, por intermédio de uma conversa educada, racional, civilizada e esclarecedora, a situação intolerante pode ser reorientada pacificamente e, de modo correspondente, a Tolerância poderia se manifestar. Logo, como já pontuamos, verificamos que repetidamente os Jovens deixam transparecer que as representações sociais da Tolerância/Intolerância, ainda nos dias atuais, guardam um conjunto de elementos simbólicos advindos do lastro histórico, haja vista que, desde o século XVIII, vem sendo ventilado, no âmbito dos discursos filosóficos e políticos, que a Tolerância se associa ao esclarecimento e à suposta ideia de “homem racional/civilizado” e, de modo espelhado, a Intolerância ao não esclarecimento e à imbecilidade/selvageria (Spinoza, 1670/2013; Locke, 1689/1973; Voltaire, 1759/1972).

Nesse sentido, como já alertamos, fundamentados em Bobbio (2011) e Marcuse (1999), identificamos que o agrupamento se esquia de pontuar/ponderar que a Intolerância possa ser perpetrada ou aflorada em um conjunto de ações sociais tidas como civilizadas, racionais e até mesmo esclarecidas. Logo, os Jovens esquivam-se de criticamente assinalar que a Intolerância pode ser desencadeada de forma sofisticada, elaborada e, sobretudo, aperfeiçoada – por dedução lógica, é possível deprendermos que, ao reunirmos os dados do estudo exploratório e de aprofundamento, possivelmente esse agrupamento representa de maneira acentuada a Intolerância em ações sociais de arroubo, desmesura e descontrolo.

Por fim, no que diz respeito ao diálogo com feição de tentativa de *sensibilização/comoção do Alter*, identificamos que os Jovens citam o diálogo como uma estratégia de ação para ganhar a “mente e o coração” (Martin-Baró, 2017) do agente intolerante e reorientar sua conduta /postura. Dessarte, constata-se que, para esse agrupamento, a instauração da Tolerância e o combate à Intolerância, por vezes, pressupõem o emprego de uma fala/conversa em que o Sujeito dissuade o Alter intolerante

por intermédio de uma linguagem que permite a este último desenvolver uma reflexão de sua conduta cujas diretrizes são um manancial de emoções, afetos e sentimentos que podem adocicar e modificar sua ação social intolerante. O diálogo é sublinhado como uma estratégia de ação que afeta o Alter, colocando-o em uma situação de observância de sua conduta.

Em congruência com essa última feição do diálogo, a terceira atitude/posicionamento que os Jovens manifestaram no estudo de aprofundamento indica que, a contraposição da intolerância encontra-se embebida de elementos oriundos da esfera sensível – afetos, sentimentos e emoções. Ampliando os dados produzidos no estudo exploratório, os quais já registravam que para esses Jovens as representações sociais da Tolerância/Intolerância eram igualmente urdidas por elementos simbólicos advindos da esfera sensível, no estudo de aprofundamento identificou-se de modo patente que para esses Jovens o combate/a justaposição às diversas formas de intolerância processualmente origina-se da *indignação, inconformidade e mal-estar* gerados diante de situações avaliadas como *injustas, errôneas e não toleráveis*.

Assim, esse dado revela que a ação de contraposição da Intolerância para esses Jovens decorre de um duplo movimento subjetivo: 1.º: no desenvolvimento de um olhar crítico-reflexivo fundamentado em crivos ético-morais diante de dada situação; 2.º: na capacidade de essa reflexão desencadear/installar um *descontentamento* com a situação/circunstância reflexionada. Esse aspecto é coerente com o olhar psicossocial de Sawaia (1999) e Lane (1984), ao defenderem que o *pensar* e o *sentir* orientaram o *agir*, indicando, portanto, que esses Jovens não representam socialmente a Tolerância e a Intolerância de forma asséptica em que se coloca o *agir* unicamente inscrito por um *pensar*, mas, sim, em inter-relação também como um *sentir* que, por vezes, pode ou não orientar um *agir contraditório*.

Por fim, a última atitude/posicionamento que se registrou no estudo de aprofundamento evidencia que, para os Jovens, as instituições sociais situam-se como agências capacitadas para dirimir conflitos de Tolerância/Intolerância – nota-se que, entre as instituições listadas, o *Estado*, a *escola* e a *polícia* assumem primazia. Em apertada síntese, observa-se que, tal como registrado no estudo exploratório, embora esses Jovens reconheçam que eventualmente as referidas instituições perpetrem ações de Intolerância – intolerância institucional (Lima, 2020) –, elas ainda gozam de um capital simbólico que lhes permite serem reconhecidas e legitimadas como agências hábeis na administração coletiva dos conflitos de Tolerância/Intolerância.

Aprofundando a análise, é interessante observarmos, apoiados em Dardot e Laval (2016) e Mounk (2019), que, à medida que esses Jovens se memoram das instituições sociais como agências de mediação dos conflitos de Tolerância/Intolerância, hodiernamente há um processo de reconfiguração das tradicionais instituições modernas. Conforme os citados estudiosos, diante do agravamento da cultura neoliberal em que o individual/privado se sobrepõe ao coletivo/público e ao recrudescimento da polarização política nos países ocidentais, atualmente, o Estado, bem como outras instituições, passaram a constituir-se como agências que potencializam os conflitos sociais ou mesmo, em face destes, começaram a assumir uma postura omissa e de inação. Portanto, tal constatação indica que o posicionamento dos Jovens, ao mencionarem o reconhecimento e a legitimidade das instituições como agências de mediação de conflitos, por vezes exprime muito mais uma óptica do “dever ser”/ideal do que é real/praticado.

Portanto, diante dos achados gerais encontrados nesta segunda etapa da investigação, constatamos que as representações sociais da Tolerância/Intolerância para esse agrupamento perpassam centralmente: *a relação diálogo/não diálogo, esclarecimento/não esclarecimento, elementos normativos, morais e atinentes à ordem do sensível* e, especialmente, *a defesa das instituições como agências de mediação de conflitos sociais*. Tais elementos são fundamentais para melhor compreender as possíveis objetivações e ancoragens (Moscovici, 2012) das representações sociais da Tolerância/Intolerância em dado agrupamento.

*Possíveis objetivações e ancoragens*

Ao reunirmos e cruzarmos os resultados encontrados no *estudo exploratório* e no *estudo de aprofundamento*, possivelmente encontramos como elementos de *objetivação* e *ancoragem* das representações sociais da Tolerância/Intolerância para os Jovens do EMP os seguintes pontos:

**Quadro 5** - Síntese das possíveis objetivações e ancoragens das representações sociais da Tolerância/Intolerância para os Jovens do EMP.

| OBJETIVAÇÕES  | ANCORAGENS   |
|---|--|
| Lastró Histórico  | Na díade da <i>presença</i> ou <i>ausência</i> do diálogo  |
| Situa-se na relação circunstancial entre Ego–Alter–Contexto   | Na crença da díade esclarecimento/ignorância   |
| Personificação do Alter como Ser tolerante ou intolerante   | Elementos morais e normativos  |
| A ações sociais de “Suportar”/“Não Suportar”, “Aguentar”/“Não aguentar”, “Aceitar”/“Não aceitar”, “Submissão”/“Não submissão” e entre outras díades nesse diapasão. | Na legitimidade das instituições – Estado, Polícia, Escola, entre outras – como agências de mediação dos conflitos sociais |
| Elementos transversais (Liberdade de Pensamento e Expressão, Direitos Fundamentais; Minorias Sociais)   | Enraizada em elementos atinentes à esfera do sensível – afetividade, emoções e sentimentos                                 |

Fonte: Dados dos pesquisadores.

No tocante aos elementos simbólicos de *objetivação*, identificamos que o grupo pesquisado seleciona informações, esquematizam figurativamente e naturalizam a *Tolerância* e a *Intolerância*, tendo como esteio simbólico: o *Lastró histórico*; *as relações circunstanciais entre Ego–Alter–Contexto*; *a Personificação do Alter*; *a ação social de “Aceitar/Não aceitar”, “Suportar/Não suportar*; e *elementos transversais*.

Sinteticamente, no que diz respeito ao *lastró histórico*, denota-se que os investigados, ao representarem socialmente a Tolerância/Intolerância, recorrentemente trazem à baila apontamentos, posicionamentos e associação de termos a dada antinomia, com apoio em noções/concepções sociais de Tolerância e Intolerância historicamente sedimentadas. Influenciados pelos estudos de Walzer (1999), Cardoso (2003) e Bobbio (2011), averiguamos que, para esse agrupamento, a Tolerância/Intolerância ainda é inscrita e circunscrita simbolicamente hoje por um conjunto de elementos simbólicos oriundos do pensamento da filosofia política moderna.

Nesse raciocínio, observa-se que para o grupo pesquisado a Tolerância/Intolerância são representadas socialmente tendo como pano de fundo histórico as clássicas crenças, discussões e concepções filosóficas contratualistas fundadas a partir do século XVIII. Nessa lógica, recorrentemente, constatamos que os Jovens apontam reconhecer o Estado como agência social de mediação dos conflitos coletivos atinentes à Intolerância, bem como sublinham que tanto a Tolerância como a Intolerância figuram como objetos representacionais proeminentemente enlaçados à *liberdade de pensamento e expressão*, *liberdade religiosa* e aos *direitos fundamentais* – defesas centrais do pensamento da Ilustração (Hobbes, 1651/1973; Locke, 1689/2006; Saint-Pierre, 1713/2003; Kant, 1795/1989).

Como fora apontado, embora os Jovens apresentem esse traço representacional, nota-se, à luz dos resultados produzidos, que escassas são as evidências/falas/os posicionamentos dos Jovens sublinhando que determinadas feições da Intolerância – por exemplo, o racismo e a intolerância religiosa – foram e são historicamente desenvolvidas. Conforme alertamos, não se trata de estabelecermos que as representações sociais desses Jovens sobre a Tolerância/Intolerância são errôneas/ou equivocadas, mas, como orienta Alves-Mazzotti (1994), de entendermos que essa “ocorrência/ausência”, possivelmente, indique que as representações sociais da Tolerância/Intolerância para esse agrupamento são fiadas por uma consciência histórica frágil. Tal ocorrência, segundo o olhar irenista (Galtung, 1985; Nuñez, 2001; 2011), conduz-nos a

concluir que a EPP planejada para esse grupo deve tatear/trabalhar a relação histórico-social de dadas ideias/valores morais/noções sociais – por exemplo, da Tolerância e da Intolerância –, visando desenvolver uma consciência histórica crítica capaz de aprimorar/aperfeiçoar a inteligibilidade e o desdobramento de dadas ideias/valores morais/noções sociais no real.

Seguidamente, outras objetivações reveladas neste estudo indicam que as representações sociais da Tolerância/Intolerância para os Jovens são fiadas com base nas *relações circunstanciais* que perpassam o *Ego–Alter–Contexto* e a *Personificação do Alter*. De forma breve, em ambas as etapas da investigação, averiguamos que a Tolerância/Intolerância, majoritariamente, foi alinhavada simbolicamente pelos Jovens em torno de um movimento pendular, em que recorrentemente *Eu* me atribuo como Ser tolerante e, a depender da situação/circunstância, como Ser intolerante. De modo distinto e apresentando uma óptica restritiva, o *Alter* é sempre perfilado como Ser intolerante – abjeto/ignóbil – ou mesmo como Ser que demanda tolerância.

Além de esse resultado, novamente, apontar que possivelmente a Tolerância para esses Jovens figura como um objeto representacional *extra corporis*, haja vista que em nenhum momento foi registrada a possibilidade de o *Eu* usufruir da Tolerância, mas, unicamente, de ofertá-la e disponibilizá-la, bem como não há nenhum registro que reconheça a potencialidade de o *Alter* ser tolerante ou ofertar a Tolerância, esse resultado também coloca em relevo o aspecto circunstancial/situacional como um dos elementos sociais centrais que elicia ou não o Sujeito a assumir uma postura/conduita tolerante ou intolerante. Nesse raciocínio, retomando Moscovici (2010), voltar-se para o Contexto – as circunstâncias e as situações –, no caso específico deste estudo, significa que a Tolerância/Intolerância assume na cotidianidade dos Jovens um conjunto de elementos fluidos, porosos e pueris, pois, conforme os investigados, serão as complexas filigranas contextuais que ditarão se dada ocorrência será ou não tolerada, bem como se eles vão ou não assumir uma postura de Tolerância ou de Intolerância.

Logo, nessa perspectiva, essas objetivações apontam que a Tolerância/Intolerância apresenta um conjunto de representações sociais a depender de como os Sujeitos e agrupamentos avaliam e internalizam dada ocorrência circunstancial. Há, portanto, uma possível quebra/ruptura do clássico pensamento binário “sou tolerante, logo, não sou intolerante” em benefício da celebração simbólica de um pensamento flexível de que “tanto sou tolerante, como também intolerante, a depender da situação”.

Por sua vez, o quarto elemento simbólico, que se congrega como uma das possíveis objetivações das representações sociais da Tolerância/Intolerância para os pesquisados reside em uma ação social marcada pelas díades: “Suportar”/“Não Suportar”, “Aguentar”/“Não aguentar”, “Aceitar”/“Não aceitar”, “Submissão”/“Não submissão”, entre outras antinomias nesse diapasão. Constatamos que, embora no Estudo Exploratório tenha sido registrado que para o agrupamento pesquisado a Tolerância é representada tendo como base a ação social de suportar, aguentar *algo ou alguém*, bem como ser passivo a determinadas situações – por exemplo, situações laborais e familiares –, ordeiro e ser servil ao Alter, no Estudo de Aprofundamento, ficou evidente que a Tolerância para esses Jovens também não pressupõe um assujeitamento, um servilismo, ou uma anulação irrestrita do Ego na relação Ego–Alter.

Nessa linha, para o grupo estudado, apesar de a Tolerância revelar representações sociais associadas à ação de aguentar, suportar e atreladas à parcimônia, esse mesmo objeto representacional, igualmente, a depender da situação avaliada (Contexto) pelos Sujeitos, impele uma ação social ativa, de enfrentamento e de contestação em que não se aceita/não se é suportado o Alter ou dada ocorrência. Portanto, determinada objetivação evidencia que a Tolerância é representada socialmente por esses Jovens e com um duplo caráter simbólico: de ação e de inação. Logo, os *limites*, os elementos sociais *delimitadores* e *fronteiriços* da Tolerância para esse grupo, ainda que proeminentemente nebulosos, pueris e vagos, perpassam o crivo ético-moral e normativo que os Sujeitos estabelecem perante a situação avaliada como *justa ou injusta, correta ou incorreta, certa ou errada*, entre outros elementos. A ação ou inação da Tolerância, portanto, é fiada a partir de uma avaliação ético-moral do real.

Por outro lado, nota-se que dada objetivação indica que, para esses Jovens, a Tolerância também é representada socialmente como uma possível ferramenta social e coletiva de contraposição à Intolerância, uma vez que, à medida que esses Jovens julgam específica ocorrência como *injusta* e internalizam essa realidade como um *incômodo* e desenvolvem uma *indignação*, a Tolerância desdobra-se em uma não tolerância ao fato/ou ao Alter. Dessarte, a Tolerância deixa de responder à clássica compreensão de *omissão, neutralidade e convivência* à situação avaliada como de Intolerância – tolerância *laissez-faire* (Santos, 2017) – e passa a assumir uma roupagem simbólica de Tolerância ativa/repressiva e compromissada com o Alter e com a transformação pacífica do real (Bobbio, 2011; Cardoso, 2003; Marcuse, 1969).

Por fim, no tocante à última objetivação, constatamos a emergência de elementos simbólicos transversais atrelados à *Liberdade de Pensamento e Expressão, a Direitos Fundamentais e às Minorias Sociais*.

Durante o curso do estudo exploratório, averiguamos que os Jovens estabelecem uma triagem de informação – construção seletiva (Moscovici, 2012) – em torno da Tolerância/Intolerância, empregando critérios culturais e normativos que versavam/se associavam a ação social de acolher ou não *ideias, crenças, opiniões, escolhas e expressões do Alter* – perfilando, assim, o eixo transversal da *Liberdade de Pensamento e Expressão* –, bem como atrelada às noções de *liberdade, igualdade, justiça e cumprimento dos direitos e deveres sociais*, conformando, por conseguinte, o eixo transversal dos *Direitos Fundamentais*. De igual modo, a Tolerância/Intolerância também foi associada às falas/posicionamentos de reprimenda ao *racismo, às relações de poder desarrazoadas, ao preconceito sexual, às violências de gênero e à segregação de classes/estamentos sociais* – constituindo, portanto, um escopo simbólico vinculado às *Minorias Sociais*.

Por seu turno, igualmente como revelado em ambos os estudos – exploratório e de aprofundamento –, os Jovens reiteraram de modo patente que não tolerariam situações/ocorrências de cerceamento da *Liberdade de Pensamento e Expressão*, supressão dos *Direitos Fundamentais* e violências às *Minorias Sociais*.

Diante desse resultado, averiguamos que essa última e possível objetivação da Tolerância/Intolerância para o agrupamento explícita que esses Jovens do EMP fiam dada antinomia com base em uma consciência crítica. Assim, tal antinomia não é tomada como um objeto representacional desmesurado, especulativo, distante e inacessível, mas parece ser construída sobre uma subjetividade atenta a balizadores sociais que concebem que a Tolerância/Intolerância dinamicamente dobra-se e se desdobra em uma realidade cotidiana na qual os Sujeitos guardam a potencialidade de intervir/modificar (Bock, 2004; Chauí, 1981). Portanto, tal objetivação demonstra que as questões sociais atinentes à *Liberdade de Pensamento e Expressão, a Direitos Fundamentais e às Minorias Sociais* firmam-se como “lentes sociais” (Jodelet, 2017, p. 227), as quais os Jovens empregam para compreender e melhor compor o quadro informacional/de conteúdo/de conhecimentos da Tolerância/Intolerância como objeto representacional.

Considerando essas objetivações, é interessante sublinhar que a Tolerância/Intolerância para o grupo investigado tem suas representações sociais urdidas em um esquema conceitual que alberga elementos simbólicos *individuais, coletivos, históricos, relacionais entre Ego–Alter–Contextos* (circunstanciais) e, especialmente, traz à tona balizadores ético-morais – *Liberdade de Pensamento e Expressão, Direitos Fundamentais e Minorias Sociais*. Todos esses elementos simbólicos, de maneira coletiva e ao mesmo tempo, auxiliam esse grupo a materializar tal antinomia como um objeto representacional – plástico, abstrato e complexo – em imagens/figuras.

Adicionalmente, apoiados nos estudos psicossociais (Jodelet, 2015; Vala, 2004; Doise, 2002), observamos que essas objetivações da Tolerância/Intolerância, à medida que auxiliam a “dar um contorno concreto” (Spink, 1993, p. 88), sedimentar simbolicamente o citado objeto, criando um estoque de “indícios e significantes” (Moscovici, 2012, p. 100) hábeis para o agrupamento ter inteligibilidade deles, paralelamente, esse arcabouço simbólico contribui para desencadear o desenvolvimento inicial de um “ciclo infracomunicacional” (Moscovici, 1961/2012, p. 100) no agrupamento, que será completado no decurso do processo de ancoragem.

Por sua vez, no tocante aos elementos simbólicos que possivelmente permitem os Jovens do EMP ancorarem as representações sociais da Tolerância/Intolerância, constatamos que provavelmente estruturam-se como elementos centrais: a *díade presença ou ausência do diálogo*; *díade esclarecimento/ignorância*; em *elementos morais e normativos*; na *legitimidade das instituições como agências de mediação dos conflitos sociais*; e em *elementos atinentes à esfera do sensível – afetividade, emoções e sentimentos*.

Antes de comentarmos as supracitadas prováveis ancoragens, é válido esclarecer que, fundamentadas nas recomendações de Abric (1994), Sá (1993) e Minayo (2017), tais ancoragens foram desveladas a partir de resultados recorrentemente cristalizados/manifestados patentemente tanto na primeira etapa da investigação – *Estudo Exploratório* – quanto na segunda – *Estudo de Aprofundamento*. Assim, ao executarmos uma *análise dimensional* (Moscovici, 2012; Stanich, 2018; Villas Boas, 2010), centrando atenção na dimensão das *atitudes*, foram depuradas/escrutinadas as possíveis ancoragens das representações sociais da Tolerância/Intolerância para os Jovens do EMP pesquisados.

Nesse sentido, tendo em conta que os elementos simbólicos que compõem as prováveis ancoragens já foram comentados e sistematizados nos Quadros 2 e 4, constatamos que os Jovens *categorizam e denominam* específica ocorrência como de Tolerância ou de Intolerância, e denominam o Alter como *Ser tolerante ou intolerante* tendo em vista a *análise da presença ou ausência do diálogo*<sup>23</sup> na *relação social*.

Averiguamos que, para o agrupamento estudado, se dada ocorrência – conflitiva ou não – não é perpassada pelo diálogo/pelo acordado, bem como o Sujeito não dialoga com o Alter, é manifestada a Intolerância. Ademais, observou-se que, apesar de esses Jovens reconhecerem e registrarem que a Intolerância apresenta diversas formas e feições – por exemplo, religiosa, cultural, gênero e outras –, a *díade presença e ausência do diálogo* apresenta-se como um marcador simbólico central indiferente da feição ou forma da Intolerância meditada/ponderada. Por sua vez, em oposição, a Tolerância é representada socialmente pelos Jovens por intermédio de uma *classificação e nomeação* de um fato/episódio – conflitiva ou não – composto pelo diálogo e também quando o Sujeito dialoga com o Alter.

Reforçando essa ancoragem, averiguamos que os Jovens, ao meditarem a respeito dos conflitos de Tolerância/Intolerância retratados nos cenários projetivos do Estudo de Aprofundamento, sublinharam como uma das estratégias de ação para promoção da Tolerância e manejo dos conflitos a relevância de ser efetivado um diálogo entre *Ego–Alter*. Nessa lógica, por intermédio do pensamento de Moscovici (2010), é possível destacarmos que essa ancoragem se mostra como um dos organizadores relacionais que perpassam a Tolerância/Intolerância. No entanto, será a batuta do diálogo ou do não diálogo que servirá para o agrupamento desencadear ações sociais tidas como de Tolerância ou Intolerância e, igualmente, categorizar e atribuir uma designação de Tolerância ou Intolerância a dada ocorrência – ou seja, “tornar o não familiar em familiar” (Vala, 2004, p. 472).

Por seu turno, no tocante à possível segunda ancoragem revelada, verificamos que os investigados classificam e nomeiam a Tolerância/Intolerância levando em consideração a *díade esclarecimento/ignorância*. Assim, semelhante ao movimento simbólico que perpassa a possível primeira ancoragem – *díade presença ou ausência do diálogo* –, os Jovens concebem a Tolerância tendo em vista a avaliação sobre se a ação social do Sujeito ou dada ocorrência foi fiada pelo esclarecimento, racionalidade e instrução. Em contrapartida, a Intolerância é considerada a partir da avaliação, se a ação social do Sujeito ou específica ocorrência é circunscrita pelo não esclarecimento, pela irracionalidade e pela ignorância.

Nesse contexto, observa-se que essa possível ancoragem revela dois pontos centrais:

---

<sup>23</sup> Como mencionado na apresentação e análise dos dados do estudo exploratório, o sentido de diálogo que preponderantemente se cristaliza nos posicionamentos dos Jovens reside no *encontro – escuta, compreensão, responsabilidade, respeito às diferenças e zelo* (Levinas, 1994) – *entre Eu–Outro e na construção pacífica e ordeira de consensos*.

- As interpretações político-filosóficas desenvolvidas a partir do século XVIII – período da Ilustração –, que associavam restritivamente a Tolerância ao esclarecimento e a Intolerância, ao não esclarecimento/ignorância, penetraram e se sedimentaram no senso comum e ainda ecoam acentuadamente na atualidade (Wazer, 1999; Cardoso, 2003). Portanto, elas contribuíram para a formação das representações sociais da Tolerância/Intolerância para os Jovens do EMP investigados nos citados moldes.
- Verifica-se que essa possível ancoragem explícita a instalação de um pensamento restritivo, no qual os Jovens não aventam a possibilidade de a Intolerância ser racionalmente planejada e gozar de uma sofisticação/erudição para sua execução. Eclipsa a possibilidade de a razão/do intelecto ser intolerante e belicoso.

Posteriormente, este estudo também revelou que as representações sociais da Tolerância/Intolerância para o citado agrupamento, possivelmente, encontram-se ancoradas tanto em *elementos morais e normativos quanto de forma estreita na legitimidade das instituições como agências de mediação dos conflitos sociais*. De maneira abreviada, denota-se que os Jovens recorrentemente *classificam e nomeiam* dada ocorrência como de Tolerância ou de Intolerância a partir de balizadores morais e normativos. Dessarte, os códigos sociais, as convenções e os acordos tácitos e positivados são memorados pelos Jovens como elementos sociais prescritos tanto da conduta tida como tolerante e intolerante quanto ainda da postura tolerante *esperada/aceita* individual e coletivamente e da ação social intolerante *projetada/execrada* nesses mesmos segmentos sociais. À vista disso, cristaliza-se o entendimento de que são *as normas e os elementos normativos* que auxiliam a organizar as relações sociais em torno da Tolerância ou da Intolerância.

Nessa linha, é interessante observar que essa possível ancoragem, ao indicar que a Tolerância e a Intolerância são balizadas por *elementos morais e normativos*, e entendendo que estes perfilam de forma difusa e heterogênea no tecido social, por vezes, o que determinado agrupamento classifica e nomeia como uma ocorrência ou algo Tolerante, para outro agrupamento, pode ser uma demonstração de Intolerância. Portanto, é reforçada a tradicional interpretação (Walzer, 1999; Galtung, 1985) de que a Tolerância e a Intolerância apresentam uma inteligibilidade individual e coletiva porosa, variável e contraditória.

Para além desse apontamento, como sublinha Cardoso (2004), embora as normas e os cânones coletivos possam contribuir para fiar as compreensões e os conhecimentos em torno da Tolerância/Intolerância, essas mesmas normas podem ser deslegitimadas e internalizadas individual e coletivamente com feições outras que não as estritamente acordadas de maneira consuetudinária ou mesmo positivadas. Logo, conseqüentemente, potencializa-se ainda mais a fluidez/complexidade simbólica da Tolerância/Intolerância.

Em acréscimo, estreitamente coligado a esse resultado e a essa interpretação, averiguamos que os Jovens também classificam e nomeiam a Tolerância e a Intolerância norteados pela crença na legitimidade das instituições como agências de mediação de conflitos sociais. Nessa ótica, majoritariamente, emergiu a defesa de que *o Estado, a Escola, a Polícia e a Igreja* constituem-se como entes sociais que, à medida que produzem e reproduzem elementos morais e normativos – pretensamente, consensuados no coletivo –, gozam de um domínio simbólico e material na administração do indivíduo e do coletivo (Weber, 1943/1982), bem como de uma legitimidade para classificar, nomear e orientar o tolerável ou intolerável.

Desse modo, é curioso observar que, apesar de os Jovens apresentarem a autonomia e a potencialidade de representarem socialmente a Tolerância/Intolerância, suas representações sociais também são moduladas e emolduradas diante do que as tradicionais instituições de mediação dos conflitos sociais legitimadas afiançam ser uma ação social tolerante ou intolerante. Não obstante, não se trata de interpretarmos que as citadas instituições determinam as representações da Tolerância/Intolerância para os Jovens, mas, sobretudo, que suas representações possivelmente são constituídas de forma espelhada com o pensamento institucional socialmente legitimado e aceito. Em vista disso, deflui-se que os discursos, as práticas e os elementos sociais constitutivos das instituições figuram como um dos pontos que auxiliam a Tolerância/Intolerância desdobrar-se simbolicamente de um objeto representacional não familiar em familiar – ancorar.

Por fim, no tocante à última possível ancoragem constatada nas representações sociais da Tolerância/Intolerância para o agrupamento estudado, verificamos o patente registro de *elementos simbólicos atinentes à esfera do sensível – afetividade, emoções e sentimentos*. Ampliando os resultados do estudo exploratório que indicavam que os Jovens associavam a Tolerância/Intolerância às diádes “Amor/Falta de Amor” e “Compreensão/Incompreensão”, o estudo de aprofundamento revelou que esse agrupamento classifica e nomeia a Tolerância e a Intolerância a partir da instalação de um mal-estar.

Dessarte, a Tolerância e a Intolerância, à medida que são classificadas e nomeadas pelo grupo pesquisado a partir de critérios sócio-histórico-culturais anteriormente explicitados, paralelamente, têm sua urdidura representacional constituída por uma egrégora simbólica marcada pela *inconformidade* e pelo *incômodo* a algo ou a alguém. Nessa linha, observa-se que é justamente a constituição de um rescaldo subjetivo de *inconformidade*, de *incômodo* e de *mal-estar* que permite aos Jovens potencialmente eliciarem uma ação social de Tolerância ativa – de contestação pacífica a algo ou a alguém (BOBBIO, 1994) –, bem como de Intolerância. Logo, como já sublinhado, olhar para os *elementos simbólicos atinentes à esfera do sensível* na composição representacional da Tolerância/Intolerância para os Jovens do EMP, especialmente, possibilita colocar em relevo um dos pontos subjetivos que silenciosamente é desenvolvido individual e coletivamente para *assimilação, estabilização e decodificação* desse objeto representacional.

Em confluência com nossos estudos anteriores (Santos, 2017; Santos; Sousa 2018), verificamos que as citadas possíveis ancoragens da Tolerância/Intolerância evidenciam que essa antinomia como objeto representacional goza de uma plasticidade simbólica, cujos processos psicossociais de *classificação e nomeação* apresentam-se de forma sutil, delicada e airosa. De acordo com os resultados, nota-se que a Tolerância/Intolerância perfila na subjetividade dos Jovens estudados revelando um sistema de categorização marcado pelas expectativas /projeções e discursos ético-morais do que a coletividade acata ou não acata como tolerante. Nessa linha, a partir desse resultado, é possível produzirmos como hipótese final que, apesar de a Tolerância/Intolerância ser uma antinomia (Santos, 2017), por intermédio das indagações “*Eu tolero isso? ou Eu não tolero isso?*” entre *Eu* e o *Mim*, que a Tolerância por vezes é *classificada e nomeada*.

Logo, de modo cautelar, não se trata de entendermos que as representações sociais da Tolerância para o destacado agrupamento sejam estritamente dependentes das representações sociais que esse mesmo grupo desenvolveu em torno da Intolerância, mas, sim, que esse grupo preponderantemente elabora a Intolerância para *classificar e nomear* a Tolerância. Esse resultado está em estreita confluência com as defesas de Marková (2017), ao apontar que o objeto representacional é inscrito e circunscrito ao mesmo tempo por elementos simbólicos que incidam “o que ele é”, como igualmente “o que ele não é”. Desse modo, o movimento dialógico de negação do objeto *per se* é uma estratégia subjetiva de tentar acomodá-lo e assimilá-lo.

#### 4. Considerações Finais

Diante dos contornos representacionais da Tolerância/Intolerância segundo os Jovens do EMP pesquisados, defendemos que a EPP pensada, planejada e executada para esse agrupamento, fundamentalmente, deve promover o desenvolvimento de consciências críticas hábeis na avaliação dos valores morais perante nossas contingências históricas atuais, bem como estimule o aprimoramento de estratégias de ação/intervenção no âmbito individual e coletivo que permitam continuamente produzir a Tolerância – e outros valores morais pacifistas (UNESCO, 1995) – e combater a Intolerância. Conseqüentemente, parafraseando a máxima contemporânea dos estudos antirracistas à luz do olhar crítico de Veblen (1899/1994) e Marcuse (1965/1999), não basta somente a EPP crítica pôr-se a desenvolver *sujeitos tolerantes*, mas essa educação tem o dever ético-político de, ao mesmo tempo, tentar desenvolver *sujeitos críticos* e compromissados socialmente com o combate pacífico e de forma não violenta das múltiplas feições da Intolerância que historicamente e hoje pululam nas sociedades.

Paralelamente, entendemos que é fundamentalmente relevante que essa EPP estruture um cabedal didático-pedagógico orientado por vivências e experiências (Freinet, 1968) que proporcionem o reconhecimento do *Alter* como constituinte do *Eu* e do *todo*, bem como promova continuamente um olhar crítico sobre a nomeada ‘Paz Social’ ventilada historicamente e hoje.

Por fim, vale salientar que apesar de este artigo ter trazido uma articulação teórica e empírica da TRS no campo da EPP, reconhecemos que essa associação deve ser aprofundada na comunidade científica; pois, ao mesmo tempo em que a TRS pode ampliar o seu repertório teórico-metodológico junto ao campo da EPP, esse campo educacional pode, igualmente, angariar uma “lente psicossocial” hábil na análise e transformação dos *conflitos, das relações, valores e práticas sociais* que circunscrevem a cotidianidade e os diversos grupos (Santos. 2021).

Desse modo, recomendamos que em trabalhos futuros seja aprofundada a análise e reflexão dos elementos afetivos e da ordem do sensível como marcadores sociais da Tolerância/Intolerância; bem como, seja estabelecido um aprofundamento teórico do estudo da Tolerância/Intolerância como uma possível *themata* (Moscovici, 2012) que circunscreve o pensamento social dos agrupamentos.

## Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e aos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Internacional em Representações Sociais (NEARS/ PUC-SP) pelo apoio e fomento para realização desta investigação.

## Referências

- Abric, J. C. (1994). *Práticas sociales y representaciones*. México: Ediciones Coyoacán.
- Adorno, T. W. (2000). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Bauman, Z. (2014). *Vigilância líquida*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Z., & Donskis, L. (2015). Cegueira moral: la pérdida de sensibilidad en la modernidad líquida. *Rio de Janeiro: Jorge Zahar*
- Ben Alaya, D., Chamon, T., & de Oliveira, E. M. Q. (2020). Pensamento social e a questão da racionalidade. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 17(50), 16-29.
- Berger, P., & Luckmann, T. (2016). The social construction of reality. In *Social Theory Re-Wired* (pp. 110-122). Routledge.
- Bobbio, N. (2002). *Elogio da serenidade*. Unesp.
- Cabezudo, A. (2019). Educar en tiempos de cólera. Pedagogía para la construcción de paz, respeto por los derechos humanos y desarme. *Revista Latinoamericana Estudios de la Paz y el Conflicto*, 43-52.
- Campos, P. H. F., & Rouquette, M. L. (2003). Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16, 435-445.
- Cardoso, C. M. (2003). *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade*. Unesp.
- Chauí, M., & Rocha, A. (2017). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí, vol. 2* (Vol. 2). Autêntica.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.
- Delors, J. (2001). Educação- Um tesouro a descobrir- Os quatro pilares da educação. UNESCO/MEC- CORTEZ EDITORA.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18, 027-035.
- Elias, N. (1994). O processo civilizador: uma história dos costumes. v. 1. *Rio de Janeiro: Jorge Zahar*.
- Fernandes, F. (2015). *O negro no mundo dos brancos*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Fischmann, R. (2001). Educação, direitos humanos, tolerância e paz. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 11, 67-77.

- Franco, M. L. P. B. (2020). *Análise de conteúdo* (Vol. 6). Autores Associados.
- Freinet, C. (1968). *La Méthode naturelle: Apprentissage de la langue*. Delachaux et Niestlé.
- Freyre, G. (1933). Casa grande e senzala, 2 vols. *Rio de Janeiro: José*.
- Galtung, J. (1985). Twenty-five years of peace research: Ten challenges and some responses. *Journal of peace research*, 22(2), 141-158.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.
- Gros, F. (2009). Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra. *Aparecida: Editora Ideias & Letras*.
- Guimarães, M. R. (2007). Desafios para a construção de uma cultura de paz. *Divulg. saúde debate*
- Guzmán, V. M. (2005). Filosofia e investigação para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (71), 43-62.
- Habermas, J. (2002). *Inclusão do outro*. Edições Loyola.
- Hobbes, T., & Missner, M. (2016). *Thomas Hobbes: Leviathan (Longman library of primary sources in philosophy)*. Routledge.
- Hobsbawm, E. J. (2007). Globalisation, democracy and terrorism (p. 115). London: Little, Brown.
- Holanda, S. B. D. (2012). O homem cordial. Ed. Folha
- Inaudi, P., Apostolidis, T., Lautier, N., Merle, N., Roustan, S., Cauquelin, C., & Bouriche, D. La déscolarisation: comprendre et agir.
- Inglehart, R. F., & Abramson, P. R. (1995). *Value change in global perspective*. University of Michigan Press.
- James, W. (1995/1910). The moral equivalent of war. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 1, 17-26
- Jares, X. R., Murad, F., & de Martins, I. P. (2002). *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Jodelet, D. (1986). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. *Moscovici, Serge (comp.), Psicología Social II, Barcelona, Paidós, 469-494*.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e estado*, 24, 679-712.
- Jodelet, D. (2017). Representações sociais e mundos de vida. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Jodelet, D., Viet, J., & Besnard, P. (2014). La psychologie sociale. In *La psychologie sociale*. De Gruyter Mouton.
- Jovchelovitch, S. (1998). Re (des) cobrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In Arruda, Â. (1998). Representando a alteridade. *Rio de Janeiro: Vozes*.
- Kalampalikis, N. (2011). Un outil de diagnostic des représentations sociales: le focus group. *Revista Diálogo Educacional*, 11(32), 435-467.
- Kant, I. (1989). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Leya.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicología del desarrollo moral* Bilbao: Desclée de Brouwer.
- Lane, S. C. W.(orgs)(1984) *Psicologia Social: o Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Leite, D. M. (2017). Manuel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas. *LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 329-343.
- Levinas, E. (1993). Entre nous. Essais sur le penser-à-l'autre. *Tijdschrift Voor Filosofie*, 55(1).
- Lins, Samuel Lincoln Bezerra; Lima-Nunes, Aline; Camino, Leoncio. O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 95-105, 2014.
- Locke, J. (2006) "Carta sobre a Tolerância". Tradução F. Fortes, W. Ferreira Lima. Organização, introdução, revisão técnica, notas e comentários F F. Loque. Belo Horizonte: Autêntica,
- Marcuse, H. (1999). *Tecnologia, guerra e fascismo*. Unesp.
- Marková, I. (2006). Dialogicidade e representações sociais: As dinâmicas da mente (HM Filho, Trad.). *Petrópolis, RJ: Vozes.(Trabalho original publicado em 2003)*.
- Marková, I. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de pesquisa*, 47, 358-375.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Editora Vozes Limitada.
- Marx, A (1997). "A construção da raça no Brasil: Comparações históricas e implicações políticas" in SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15.
- Menin, M. S. D. S., Bataglia, P. U. R., & Zechi, J. A. M. (2013). Projetos bem-sucedidos de educação em valores: relatos de escolas públicas brasileiras.

- Moliner, P., & Guimelli, C. (2015). *Les représentations sociales. Fondements historiques et développements récents*. Grenoble (Presses universitaires de).
- Moro, A., de MORAIS, A., Vinha, T. P., & Tognetta, L. R. P. (2018). Avaliação do clima escolar por estudantes e professores: construção e validação de instrumentos de medida. *Revista de Educação Pública*, 27(64), 67-90.
- Moscovici, S. (2011). Representações sociais: investigações em psicologia social. 6. ed. Petropolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). A psicanálise, sua imagem e seu público Petrópolis, RJ: Vozes. *Original publicado em 1961*.
- Mounk, Y. (2018). The people vs. democracy. In *The People vs. Democracy*. Harvard University Press.
- Muñoz, F. A. (Ed.). (2001). *La paz imperfecta* (p. 2). Granada: Universidad de Granada.
- ONU. (1999) Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz. Resolução aprovada por Assembléia Geral em 06 de outubro de 1999, nº 53/243. Original: Declaración y Programa de Acción sobre una Cultura de Paz (tradução da autora). (Home page [www.onu.org](http://www.onu.org)).
- Passetti, E., & Oliveira, S. (Eds.). (2005). *A tolerância e o intempestivo*. Atelie Editorial.
- Piaget, J., & Braga, I. (1973). *Para onde vai a educação?* (p. 79). J. Olympio.
- Popper, K. (2012). *The open society and its enemies*. Routledge.
- Porto, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 250-273.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Free press.
- Sá, C. P. D. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20, 290-295.
- Saint-Pierre, C. I. C. (1973). *Projet pour rendre la paix perpetuelle en Europe..* (Vol. 3). Chez Antoine Schouten.
- Santos, A. F. C. (2017). Construção e validação de uma matriz de referência para o estudo das representações sociais sobre Educação para a Paz - Tolerância. [Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/20145/2/Andr%C3%A9%20Felipe%20Costa%20Santos.pdf>
- Santos, A. F. C. (2021). Educação para a paz: representações sociais de jovens do ensino médio público sobre a tolerância/intolerância. [Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/25755>
- Santos, A. F. C., & de Sousa, C. P. (2019). Educação para a paz: análise das condições culturais de desenvolvimento no Brasil. *Práxis educativa*, 14(2), 638-658.
- Santos, A., & Sousa, C. (2018). Sujeito relacional: ensaio sobre o conflito. Representações sociais e seus diversos olhares. Curitiba: CRV, 27-43.
- Sarubbi Junior, V. (2013). *Representações sociais das equipes técnicas acerca do cuidado à criança nas creches da Universidade de São Paulo* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Sawaia, B. (2014). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Limitada.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras.
- Schwartz, S. (2006). A theory of cultural value orientations: Explication and applications. *Comparative sociology*, 5(2-3), 137-182.
- Sennett, R. (2015). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Editora Record.
- Silva, M. C. L. da, Freitas, G. J. de, & Almeida, R. de O. . (2020). Um olhar sociológico sobre os círculos de construção de paz . *Research, Society and Development*, 9(11), e52891110154. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10154>
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & de Machado, K. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-19.
- Souza, J. (2000). Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo social*, 12, 69-100.
- Spinosa, B. (2013). Tratado político. *Espinosa, ed. Nova Cultural*, 440.
- Stake, Robert E. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. *Educação e seleção*, n. 07, p. 5-14, 1983.
- Stanich, K. A. B. (2018). O direito à educação de crianças de 0 a 3 anos e o espaço da creche: representações sociais de estudantes do curso de Pedagogia. Tese . [Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]
- Taylor, C. (1992). *The ethics of authenticity*. Harvard University Press.
- Taylor, D. M., & Moghaddam, F. M. (1994). *Theories of intergroup relations: International social psychological perspectives*. Greenwood Publishing Group.
- Touraine, A. (1994). Crítica de la modernidad. *Buenos Aires, Argentina*.
- Touraine, A. (2005). Un nuevo paradigma. *Para comprender el mundo de hoy. Barcelona, ES*.
- Touraine, A. (2016). *El fin de las sociedades*. Fondo de Cultura Económica.

UNESCO (1995). Declaração Mundial de Princípios sobre a Tolerância

Vala, J., & Monteiro, M. B. (2004). *Psicologia social* (No. 9ª edição revista e atualizada). Fundação Calouste Gulbenkian.

Vasconcellos, V. M. R., da Silva, A. P. P. N., & de Souza, R. T. (2020). O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. *Educação*, 43(3), e37452-e37452.

Veblen, T. (1994). Why is economics not an evolutionary science?. *The quarterly journal of economics*, 12(4), 373-397.

Vergès, P., Junique, C., Barbry, W., Scano, S., & Zeligier, R. (2002). Ensembles de programmes permettant l'analyse de similitude de questionnaires et de données numériques. Aix en Provence, France: Université Aix en Provence.

Vianna, H. M. (2005). Fundamentos de um programa de avaliação educacional. *Brasília: Liber Livro*, 17.

Voltaire, F. M. (1972). Tratado de la tolerancia, Barcelona, Grijalbo. *Actividades OREALC*.

Walzer, M. (1999). Drawing the Line: Religion and Politics. *Utah L. Rev.*, 619.

Weber, M. (1982). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 1, pp. 267-277). Universidade de Brasília.

Wieviorka, M. (2015). *Retour au sens: pour en finir avec le déclinisme*. Robert Laffont.

Žižek, Slavoj (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo.